

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura
Linha de Pesquisa Tecnologias da Comunicação e Estéticas

Bruna Zanolli

**ESPECTROS FEMINISTAS:
CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR O ESPECTRO RADIOFÔNICO**

Rio de Janeiro
2017

BRUNA ZANOLLI

ESPECTROS FEMINISTAS:
CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR O ESPECTRO RADIOFÔNICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (Tecnologias da Comunicação e Estéticas) da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Professor Dr Henrique Antoun
Coorientadora: Marília Mello Pisani

Rio de Janeiro
2017

Z33

Zanolli, Bruna

Espectros feministas: contribuições para pensar o espectro radiofônico / Bruna Zanolli. 2017. 94f.

Orientador: Henrique Antoun.

Coorientadora: Marília Mello Pisani.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2017.

1. Rádio e mulheres. 2. Rádio. 3. Feminismo. 4. Espectro Livre. 5. Conhecimento Situado I. Antoun, Henrique. II. Pisani, Marília Mello. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 302.2



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado
APRESENTADA POR BRUNA ZANOLLI NA ESCOLA DE
COMUNICAÇÃO DA UFRJ

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na sala 141 da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi apresentada a dissertação de mestrado de Bruna Zanolli, intitulada: "**Espectros Feministas: contribuições para pensar o espectro radiofônico**", perante a banca examinadora composta por: Henrique Antoun [orientador(a) e presidente], Marília Mello Pisani [co-orientadora], Anastasia Guidi Itokazu e Mauro José Sá Rego Costa. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações
*Considero inovadora do campo teórico escolhido e pertinente de campo
consistente com este novo campo.*

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente ata, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2017

Henrique Antoun [orientador(a) e presidente]

Marília Mello Pisani [co-orientadora]

Anastasia Guidi Itokazu [examinador(a)]

Mauro José Sá Rego Costa [examinador(a)]

Bruna Zanolli [candidato(a)]

AGRADECIMENTOS

Sou muito grata à muitas pessoas por terem compartilhado de alguma forma esta trajetória acadêmica comigo e tentarei lembrar de todas!

Primeiramente um muito obrigada do fundo do meu coração – digo coração apenas para não ficar deselegante, mas gostaria mesmo era de citar um órgão mais prazeroso do corpo – às vadias de Campinas, minhas primeiras luzes no feminismo e amigas inestimáveis: Lere, Pilar, Lelena, Mari B, Ju, Aline, Thamires, Ana Maria, Bruna, Laís, Lívia, Galu, Nara, Biscoito e todas que foram se somando ao longo destes 6 anos. E um muito obrigada à paciência e entusiasmo de grupos feministas mais antigos de Campinas, que nos abriram portas e nos deram seu apoio e confiança: Promotoras Legais Populares de Campinas, Sindicato das Trabalhadoras Domésticas e Associação Mulheres Guerreiras. Também agradeço especialmente à Nil Sena e Magali Mendes por toparem fazer parte da nossa Zona Autônoma Feminista Temporária. Especialmente às minhas parceiras TUDA, Lelena, que tocou a ZAFT comigo nestes anos tão felizes e repletos da nossa programa e a ETA, Luiza, que topou dar continuidade à ZAFT no Rio de Janeiro e gestar junto comigo a FMea.

Agradeço também a todos os ex, atuais e futuros integrantes da Rádio Muda, não citarei os nomes por motivos óbvios, que mil mudas floresçam... Também a todos integrantes das rádios livres e especialmente das quais tive contato no Brasil: Xiado, Várzea, Interferência, Pulga, Radiola, Luta, Xibé e as tantas outras Brasil a fora. Agradeço aos amigos de São Paulo do coletivo Saravá por serem um exemplo de pessoas techs apaixonadas e comprometidas. E ao coletivo DTL e à Antena Negra TV da Argentina pelas oficinas e pela resistência.

Agradeço também os amigos e vizinhos do Rio de Janeiro: Didi, Samu, Lu, Fran e Nils, e ao amigo de casa Flávio. Aos amigos e colegas da UFRJ Djahdjah e Adriano e a todos os colegas da turma de mestrado, em especial às também entusiastas do feminismo Tati e Bia. Agradeço à Silvia por ser uma amiga tão querida e por ter me apresentado o texto *Situated Knowledge*, de Donna Haraway, que iniciou esta ânsia em descobrir a tecnociência feminista e ao amigo Thiago pelas conversas e pela sugestão de texto de Nina Wormbs que concluiu as reflexões sobre o espectro. Agradeço também a amiga Debô pelo incentivo nesta pesquisa.

Agradeço ao canteiro das babosas por prover uma terra tão fértil: Bru, Lu, Mimi, Chica, Carol e Quel, sem vocês minha vida não seria tão completa. Agradeço também aos meus amigos de Marília por terem sempre estado presentes e prontos para conversas inebriantes: Nah, Iuri, Léo, João, Renato, Gabi, Nath e Déia.

Agradeço às Vedetas, ao MariaLab, à InfoPreta, à CodingRights e a todas as coletivas tecnofeministas que me motivam a seguir neste caminho. Agradeço à Maka, querida da Rhizomática e também estusiasta desta intersecção gênero e tecnologia. E a todas as pessoas queridas que conheci nestes últimos dois anos de andanças, às mulheres da

APC, a todos os responsáveis pelo Encontro Rádio Comunitária e Software Livre no Equador e pelo hub feminista no Auid 2016.

Agradeço a todas as mulheres indígenas com as quais convivi nas oficinas ministradas e à ONG Thydewa pela oportunidade de aproximação.

Obrigada a todo o corpo docente da pós UFRJ e a todos os funcionários, em especial o Thiago, assim como aos terceirizados. E à CAPES pelo apoio financeiro.

Agradeço fundamentalmente a todas as autoras pela generosidade e brilho, que fizeram esta pesquisa possível. E agradeço a todos os desenvolvedores de software livre pela generosidade que faz com que seja possível existir a relação com a tecnologia para além do mercado.

Agradeço ao orientador Henrique Antoun pela confiança. Agradeço à coorientadora Marília Pisani, por sua precisão e doçura na orientação.

Um agradecimento especial à amiga Pilar, que revisou o texto com comentários maravilhosos e me divertiu muito neste processo!

E acima de tudo sou grata a toda minha maravilhosa família, que me ensina sempre a importância de viver um dia de cada vez e de se ter gratidão. Agradeço a querida Didi pela amizade ao longo destes tantos anos. Aos Valentos que sempre estão cheios de bom humor e surpresas boas. Ao meu pai que me incentiva a desbravar a academia e é um exemplo por sua dedicação. Ao Thi, Barbi e Maia, pela alegria e conforto emocional que me trazem. A minha querida vó Conça e tia Yara que rezaram por mim para que esta pesquisa fosse possível. E especialmente agradeço minha mãe, por estar presente de corpo e alma nas horas em que eu mais preciso.

RESUMO

ZANOLLI, Bruna. Espectros Feministas: contribuições para pensar o espectro radiofônico. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Esta pesquisa utiliza da bibliografia da Tecnociência Feminista para levantar os conceitos de Conhecimentos Situados e Objetividade Feminista presentes nas Epistemologias Feministas, com a finalidade de pensar práticas e possibilidades para o espectro radiofônico. Nos utilizamos da alegoria do ciborgue de Donna Haraway como libertação feminista e do conceito de Tecnofeminismo de Judy Wacjman para pensarmos algumas relações entre mulheres e tecnologias. Propomos o uso da noção de Espectro Livre para o gerenciamento de parte do espectro radiofônico a fim de garantir um maior acesso a este bem público aqui considerado como um bem comum mediado pela tecnologia.

Palavras-chave: **rádio e mulheres, rádio, feminismo, espectro Livre, conhecimento situado**

ABSTRACT

ZANOLLI, Bruna. Feminist Spectra: contributions to think the radio spectrum. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This research uses the bibliography of Feminist Technoscience to raise the concepts of Situated Knowledge and Feminist Objectivity present in Feminist Epistemologies, with the purpose of thinking about practices and possibilities for the radio spectrum. We use the allegory of Donna Haraway's cyborg as feminist liberation and Judy Wacjman's concept of Technofeminism to think about some relationships between women and technology. We propose the use of the notion of Free Spectrum for the management of part of the radio spectrum in order to guarantee greater access to this public good considered here as a commons mediated by technology.

Keywords: women and radio, radio, feminism, free spectrum, situated knowledge

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa conceitual para facilitar a visualização teórica.....	16
Figura 2: Fanzines da Rádio Muda.....	64
Figura 3: Foto do estúdio da Rádio Muda.....	65
Figura 4: Cartaz 'Não É Não' da Marcha das Vadias Campinas.....	66
Figura 5: Cartaz do evento Autonomia no Combate à Violência Contra a Mulher.....	68
Figura 6: Capa do fanzine Reajá da Marcha das Vadias Campinas.....	69
Figura 7: Visita a antena da Rádio Muda.....	73
Figura 8: Alguma ZAFT acontecendo nos estúdios da Rádio Muda.....	73
Figura 9: Foto do G1 sobre ocupação de retomada dos estúdios da Rádio Muda.....	75
Figura 10: Cartaz de chamada para as oficinas na Casa de Cultura Tainã.....	78
Figura11: Transmissor de metarreciclagem quase finalizado.....	79
Figura 12: Antenas dipolos manufaturadas na oficina da casa de cultura Tainã.....	79
Figura 13: Logo da Rádio Concha.....	82
Figura 14: Cartaz de divulgação da Rádio Concha.....	83

Restará de nós

*algo mais que o gesto ou a palavra:
Esse desejo candente de liberdade,
essa intoxicação,
contagiam-se!*

Gioconda Beli

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
0. TECNOCIÊNCIA FEMINISTA.....	15
0.0 Situando os saberes.....	15
Epistemologia Feminista.....	19
Teorias do ponto de vista e saberes situados.....	21
Objetividade Feminista.....	27
0.1 O Manifesto Ciborgue.....	28
Deusas ou Ciborgues?.....	31
“Identidades fraturadas” e vozes quebradas.....	34
“A informática da dominação” e os <i>commons</i> feministas.....	37
“Mulheres no circuito integrado”.....	41
1. ESPECTROS FEMINISTAS.....	44
1.0 O Tecnofeminismo.....	44
A tecnologia como patriarcal.....	45
A possibilidade de reconfigurar a tecnociência.....	46
1.1 Espectros & Perspectivas.....	49
Acesso ao espectro X Espectro de Acesso.....	50
As mulheres como espectros fantasmagóricos da radiodifusão.....	52
A emergência do espectro como <i>commons</i> feminista.....	57
2. EXPERIÊNCIAS FEMINISTAS DE RADIODIFUSÃO.....	62
2.0 ZAFT Zona Autônoma Feminista Temporária.....	63
Contextualização.....	63
A ZAFT.....	65
Perseguições à Rádio Muda.....	74
2.1 Relato FMea.....	77
2.2 Rádio Concha.....	81
2.3 Relato Oficina de Rádio Feminista para mulheres indígenas.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

INTRODUÇÃO

Lendo um relato antropológico feito por Dunbar-Hester (2014) acerca da rádio livre norte-americana Prometheus¹ e de todo o processo de licenciamento de emissoras FM de baixa potência com o qual a organização se envolveu, uma frase de uma das ativistas envolvida me chamou muita atenção, ela dizia: “se a tecnologia é o cavalo de Troia para agendas políticas e sociais, nós ativistas podemos jogar este jogo também, nos posicionando como *experts* em tecnologia” (p. xxiii). Me sinto identificada com este comentário pois minha aproximação com a tecnologia veio a partir da curiosidade e de necessidade, entendendo justamente o papel central que a tecnologia tem dentro do panorama da liberdade de meios e da liberdade de expressão, e também intrinsecamente da luta antipatriarcal, essenciais para qualquer discussão política e/ou social eticamente comprometida. Logo, fui me dando conta das relações de poder imbricadas nas tecnologias e quanto elas estão marcadas pelo patriarcado. Desta maneira, além da importância em adentrar o campo das tecnologias, surgiu a necessidade em se questionar as maneiras e tradições da mesma e a quem elas favorecem e deixam de favorecer. Veio de uma necessidade de relatar como os machismos presentes nas tecnologias atuam e também de repensar maneiras de aproximação com as mesmas que atuem menos inseridas em eixos de dominação patriarcal.

Esta pesquisa traz experiências de rádio feitas por mulheres e como mulheres são sujeitos ativos em experiências radiofônicas, tanto em suas dimensões teóricas como práticas. Tendo em vista os conceitos a serem apresentados, tentaremos situar os conhecimentos da relação de mulheres e tecnologia, mostrando os requisitos que fazem possíveis que determinados conhecimentos possam se dar, e, as motivações políticas e subjetivas de sujeitos contra-hegemônicos nos meios técnicos de rádios livres e programas radiofônicos. Visamos demonstrar as disparidades de gênero no espectro eletromagnético brasileiro, focada nas produções radiofônicas livres e comunitárias.

¹ O Prometheus Radio Project é uma organização sem fins lucrativos na cidade de Philadelphia, EUA, dedicada a democratização do espectro eletromagnético. É uma referência de autonomia em tecnologia e engajamento em lutas políticas pela proliferação e justa regulamentação de rádios de baixa potência. Mais informações em: www.prometheusradio.org/. Acesso em agosto de 2016.

Assim, trataremos de feminismos não utilizando a conhecida metáfora das ondas, tradicional maneira de segmentar e classificar, valorizando determinados fatos históricos em detrimento de outros. Ao invés disso, nos utilizaremos da bibliografia da Tecnociência Feminista, que busca demonstrar o quanto a ciência é enviesada em termos de gênero e que demonstra que uma Epistemologia Feminista no estudo das Ciências e Tecnologias é possível e necessária. Ao invés da metáfora das ondas no movimento feminista, nos utilizaremos então de outras ondas para adentrarmos em feminismos, as ondas de rádio!

Quanto ao recorte teórico, traremos especialmente autoras do sexo feminino e vivas, dialogando com conhecimentos que foram produzidos da década de oitenta em diante e motivaram as inquietações que resultaram nesta pesquisa. As autoras principais são Donna Haraway, Judy Wacjman, Silvia Federici, bell hooks e Sandra Harding. A escolha de utilizar principalmente autoras mulheres é tática, no sentido de exaltar a produção feminina e trazer as visões das mulheres em relação as opressões existentes no campo das Ciências e Tecnologias e também de demonstrar as possibilidades de imersão dentro da Objetividade Feminista.

No primeiro capítulo situamos as autoras e questionamos a suposta neutralidade das Ciências e Tecnologias, para tal, delimitamos alguns conceitos utilizados que nos ajudam a dar corpo as experiências trazidas, tais quais, Epistemologia Feminista, Objetividade Feminista e Teoria do Ponto de Vista/ Saberes Localizados. Trazemos então o Manifesto Ciborgue, de Donna Haraway, fazendo associações desta obra na questão das identidades fraturadas com a voz quebrada colocada por bell hooks e associamos o conceito de informática da dominação ao *commons* feminista de Silvia Federici.

No segundo capítulo trazemos o Tecnofeminismo, termo cunhado por Judy Wacjman para situar o feminismo atrelado às tecnologias, e tratamos da construção social das tecnologias. Adentramos no espectro radiofônico e nos questionamos o acesso de mulheres e sujeitos contra-hegemônicos nas tecnologias, para tal fazemos uma análise de alguns dados do doutorado de João Paulo Malerba, onde o pesquisador levanta a participação das mulheres em 100 rádios comunitárias e livres de todo o Brasil. Finalizamos propondo uma visão do espectro que seja mais feminista e libertária, considerando o Espectro Livre, uma proposta de gestão do espectro em fase de construção que questiona a atual gestão feita pela Anatel, que privilegia empresas e exclui comunicadores(as) populares.

Finalizamos com experiências próprias que relacionam mulheres e tecnologias radiofônicas: um programa de rádio feminista que teve duração de 4 anos na Rádio Muda em Campinas e na Rádio Interferência no Rio de Janeiro; uma experiência de linha de montagem de transmissores FM de baixa potência na qual confeccionamos a FMea, uma transmissora itinerante que segue como um instrumento feminista de libertação através das ondas eletromagnéticas; a imersão num fórum feminista internacional, o AWID, com o recorte do *hub* feminista, um espaço de mulheres e tecnologia dentro do Fórum que contou com uma rádio web e uma transmissão experimental de uma rede de celulares autônoma; e, finalmente, fechamos com um relato de oficinas de programas de rádio utilizando software livre para mulheres indígenas no sul da Bahia, com a mediação da ONG Thydewá, no projeto Pelas Mulheres Indígenas, demonstrando assim as potencialidades de Tecnofeminismos e de Epistemologias Feministas.

0 TECNOCIÊNCIA FEMINISTA

0.1 Situando os saberes

Este estudo pretende delinear questões tecnopolíticas de práticas tecnológicas considerando pontos de vista não hegemônicos, para tal, utilizaremos principalmente a corrente teórica da tecnociência feminista, um campo de estudo onde perspectivas feministas são aplicadas para analisar e propor novas relações para a Ciência e Tecnologia (C&T). A Tecnociência Feminista é uma área de estudos que advém do conceito tecnociência, utilizado nos estudos interdisciplinares de ciência e tecnologia para designar o contexto social e tecnológico da ciência. Este conceito é amplamente utilizado por teóricas feministas para adentrar os campos de gênero, ciência e tecnologia, traçando assim uma epistemologia feminista sobre estes campos. No nosso entendimento a potência desta linha teórica é justamente o fato de ser propositiva, pensar modos de utilizar ciências e tecnologias considerando um futuro, em contraponto à lógica mais comum e naturalizada que seguem os desenvolvimentos tecnológicos, a de apropriação predatória dos recursos naturais e humanos. Este projeto de ciência feminista inclui como denominadores sistemas de privilégios, opressões e práticas de dominação, a serem considerados como fatores relevantes em relação ao resultado final dos desenvolvimentos tecnológicos.

Considerando que os resultados desta construção patriarcal de Ciência e Tecnologia (C&T) se dão através da instituição de políticas e práticas sociais que em grande parte desconsideram a ética humana e se ancoram numa suposta neutralidade do conhecimento que acaba por reforçar hierarquias; acreditamos com Haraway (1995) ser mais interessante tratar as questões de ordem ética e política para analisarmos práticas e desenvolvimentos tecnológicos.

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação (...) melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica. (Haraway, 1995, p.15)

Muitas autoras analisaram a ausência das mulheres no campo das Ciências e das Tecnologias e também, o fato de que mesmo quando havia mulheres e outros sujeitos contra-hegemônicos, suas contribuições foram invisibilizadas historicamente. A construção social dos campos da C&T como masculinos, ao mesmo tempo em que os relacionados a atividades de reprodução e cuidado foram tidas como femininas, é muito abordada pelos estudos feministas (Wajcman, 2000). Temos um interesse especial nas possibilidades de visão acerca da tecnologia trazidas por algumas autoras. Em seu Manifesto Ciborgue – texto em que usa essa metáfora da ficção científica para reivindicar apropriações politicamente responsáveis da C&T – Haraway (2000) convoca a uma luta pela linguagem, uma luta contra a comunicação perfeita, que insiste no ruído, tais quais no ambiente não mediado da vida vai em contra um código único que traduziria todo o significado de forma perfeita, utilizando-se de justaposições em vez de dualismos para construir seu pensamento. Utilizaremos principalmente o texto do Manifesto Ciborgue e dos Saberes Situados e faremos correlações com outros textos feministas. Pretendemos abordar a importância de situar os conhecimentos trazidos, à luz da teoria dos Saberes Situados, de Haraway (1995), logo, acreditamos ser importante situar a produção acadêmica e as visões das principais autoras que abordaremos nesta pesquisa. Ressaltamos ainda que todas as autoras trazidas se encontram vivas e seguem suas produções acadêmicas. Segue um mapa conceitual das autoras e conceitos a serem trabalhados sobre nossa interpretação da tecnociência feminista.

Mapa Conceitual:



Figura 1: Mapa conceitual para facilitar a visualização teórica.

Donna Haraway é bióloga, filósofa, escritora e professora emérita estadunidense, no Departamento de História da Consciência, na Universidade da Califórnia em Santa Cruz e trabalha com questões da tecnociência feminista em algumas obras, tidas como centrais nesta pesquisa. O trabalho de Haraway contribui para os estudos das relações humano-máquina e animal-máquina, ela debate primatologia, filosofia, e biologia. A autora dialoga com outras autoras que trazem as relações entre ciência, tecnologia e feminismo, como sua conterrânea **Sandra Harding**, atualmente também professora da Universidade da Califórnia, é filósofa que trata das teorias pós-colonial e feminista, epistemologia, metodologias de pesquisa e filosofia da ciência, atua muito no campo feminista, antirracista e multiculturalista. **Gayatri Chakravorty Spivak** é uma crítica e teórica indiana, mais conhecida por seu artigo “Pode o Subalterno Falar?”, considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo. Spivak leciona na *Columbia University*, na qual atingiu o mais alto nível do corpo docente em março de 2007. Outra autora que dialoga com estes conceitos é a australiana **Judy Wacjman**, professora de sociologia na *London School of Economics and Political Science*, onde leciona estudos da ciência e é reconhecida pelos seus estudos sobre gênero na tecnologia e estudos sociais da tecnologia, assim como estudos nos campos de gênero, trabalho e organizações. Também em destaque está **bell hooks**², ativista, pensadora e escritora norte-americana, o foco da escrita de hooks é a interseccionalidade de raça, capitalismo e gênero e nas suas capacidades de perpetuarem sistemas de opressão. Traremos por isso o trabalho de **Sílvia Federici** sobre os bens comuns pensados na perspectiva feminista, Federici é uma acadêmica e ativista italiana e professora nos Estados Unidos, é ativista do movimento radical autonomista³ e feminista de tradição Marxista. Ela é professora emérita na *Hofstra University*, em Nova Iorque, onde foi professora de ciências sociais, ela também trabalhou como professora na Nigéria por muitos anos.

²A escritora, teórica e ativista grava seu nome de autora em letras minúsculas e será respeitado o uso de minúsculas nesta dissertação.

³Autonomismo é o nome dado a um conjunto de teorias afins ao movimento socialista e a vários movimentos sociais e políticos de esquerda existentes principalmente na Europa. Caracterizam-se pela oposição à burocracia dominante nos Estados contemporâneos. Os autonomistas, de modo geral, propõem a descentralização do poder, a autogestão e a colaboração em rede entre todos os que se dispõem a estabelecer novos modelos sociais, de modo a que a sociedade no futuro possa superar os modelos historicamente mais autoritários. Como sistema teórico identificável, o autonomismo surgiu na Itália, nos anos 1960, a partir do operáismo. Mais tarde, após o refluxo dos movimentos de extrema-esquerda italianos, as tendências pós-marxistas e anarquistas tornaram-se importantes.

Os estudos feministas sobre Ciência e Tecnologia (C&T) datam inicialmente dos anos 70, quando feministas passaram a interrogar as relações, os significados e as identidades de gênero presente nos artefatos tecnológicos. Vemos algumas abordagens em relação a C&T e gênero nos movimentos feministas, uma visão que essencializa as mulheres como pertencentes ao campo do natural e os homens ao campo do racional, associando a tecnologia como uma fonte de poder masculino e uma característica que definiria a noção de masculinidade. É possível observar que existe a tendência de adotar uma postura masculina para que a adesão de sujeitos não-hegemônicos aos campos de ciência e tecnologia seja possível no ambiente das C&Ts. Vemos ainda as feministas se acercando das teorias sociológicas que colocam a tecnologia como um produto sociotécnico, formado por relações sociais mutuamente conformadoras entre gênero e tecnologia, um emergente marco Tecno feminista (Wacjman, 2006). E existe também a figura do ciborgue, que anuncia a decadência de práticas de poder tradicionais, e com isso, as patriarcais, anunciando a própria tecnologia como libertadora para as mulheres (Wacjman, 2006) e outras alteridades.

Vale ressaltar que a nossa visão de feminismo é uma visão plural que abarca as identidades fluidas e diversidades e por isso não está estanque no conceito de mulher. Visões feministas e antipatriarcais devem englobar todos os seres humanos, que são necessários para uma mudança em escala global. Além disso, invocamos, para além de um corpo feminino, a corporificação feminista de Haraway (1995, p.29), não se tratando assim de uma posição fixa num corpo reificado, fêmeo ou outro, mas sim de “nódulos em campos, inflexões em orientações e responsabilidade pela diferença nos campos de significado material-semiótico”.

Usaremos o conceito gênero e estudos de gênero muitas vezes e por isso buscamos uma conceitualização para o mesmo. Haraway (2004) escreve um texto onde relata sua travessia para escrever uma definição de gênero para um dicionário marxista e trata da política envolvida na palavra gênero sob a visão especialmente das teóricas feministas norte-americanas. A autora vê na importância da definição de gênero como uma arena da luta feminista pela linguagem, política e narrativa histórica. Traremos o sistema gênero/sexo que foi construído pelas feministas ocidentais anglófonas nos anos setenta, que se trata de separar o sexo, categoria biológica, do gênero, categoria cultural. Haraway (2004, p. 210) corrobora com Joan Scott que define gênero como uma maneira

de classificar fenômenos, “um sistema de distinções que tem aprovação social e não uma descrição objetiva de traços inerentes”. Haraway (2004) afirma que todos os significados modernos de gênero derivam da observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” e em suas palavras:

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno do gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo. (Haraway, 2004, p. 211)

Com isso as feministas argumentam contra a “determinação biológica” da categoria sexo e buscam um “construcionismo social” com a categoria gênero. Haraway (2004, p. 235) corrobora com Evelyn Foz Keller que trata do equívoco de igualar *mulher* e *gênero*, sendo o gênero “um sistema de relações sociais, simbólicas e psíquicas no qual homens e mulheres estão diferentemente alocados”.

A fundamentação teórica deste primeiro capítulo busca trazer conceitos importantes para ajudarem a pensar nas relações entre feminismos e C&Ts, e na compreensão das práticas de rádio feminista e rádios livres e comunitárias que serão apresentadas nos capítulos seguintes.

Epistemologias Feministas

Segundo a *Stanford Encyclopedia of Philosophy* ⁴ o chamado privilégio epistêmico se dá quando se reconhece que determinado sujeito tem um conhecimento relevante em relação a determinado assunto por estudos, práticas e vivências, desta maneira, existe o chamado privilégio epistêmico das feministas para falarem sobre seus pontos de vista em relação a determinados assuntos, a este respeito:

Afinal, se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de

⁴ Disponível em <https://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/#Sit>, acessado em dezembro de 2016.

ciência. O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também articulação nesta esfera. (RAGO, 1998, p.3)

Assim, as epistemologias feministas estudam as maneiras pelas quais o gênero faz e deve influenciar nossas concepções de conhecimento, o sujeito cognoscente e as práticas de investigação e justificação. Identificam formas pelas quais as concepções e práticas dominantes de atribuição, aquisição e justificação do conhecimento desprivilegiam sistematicamente o ponto de vista das mulheres e de outros grupos subordinados e se esforçam para reformar essas concepções e práticas para que sirvam os interesses desses grupos. A *Stanford Encyclopedia of Philosophy* descreve maneiras pelas quais estas desvantagens se dão.

(1) excluindo-as da investigação, (2) negando-lhes a autoridade epistêmica, (3) deteriorando seus estilos cognitivos e modos de conhecimento "femininos", (4) produzindo teorias de mulheres que as representam como inferiores, desviantes ou significativas apenas enquanto servem a interesses masculinos, (5) produzindo teorias de fenômenos sociais que tornam invisíveis as atividades e interesses das mulheres ou relações de poder de gênero e (6) produzindo conhecimento (C&T) que não é útil para pessoas em posições subordinadas, ou que reforcem hierarquias de gênero e sociais.(tradução própria, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*)

Existe em muitos casos uma aversão a ideia de epistemologia feminista, em parte por uma misoginia residual e também por uma questão intelectual de não acreditar que uma forma de investigação política tenha algo a dizer sobre epistemologia, que trata sobre questões da natureza do conhecimento, justamente onde a epistemologia feminista busca estar (Longino e Lennon, 1997). Vale ressaltar que a epistemologia feminista nada tem a ver com a intuição feminina, ou com saberes femininos subjetivos, a este respeito:

Epistemologia feminista têm dimensões críticas e construtivas. As dimensões críticas incluem a demonstração de formas de enviesamento masculino no centro das análises filosóficas tais como objetividade, razão, conhecimento e racionalidade. Dimensões construtivas incluem esculpir um espaço para programas especificamente feministas de investigação, identificação ou diretrizes epistêmicas da investigação feminista. Entre os programas feministas construtivos estão a Teoria do ponto de vista feminista e do empirismo feminista, como os mais visíveis, mas formas de pragmatismo feminista também tem encontrado seu espaço.(tradução própria, Longino e Lennon, 1997, p.20)

Epistemologias feministas como as citadas acima são adaptações feministas de orientações filosóficas existentes, considerando que as pessoas envolvidas na produção do conhecimento tem a dizer sobre o conhecimento e assim investigar se e como elas pensam que suas práticas feministas diferem de práticas padrão. As pessoas que refletem sobre suas práticas com este intuito, tem tido coisas a dizer sobre as dimensões morais das práticas de investigação, sobre o desenvolvimento do respeito mútuo entre pesquisadores, sobre a cooperação mútua em detrimento à concorrência entre pesquisadores, sobre respeito e laços afetivos pelo seu objetivo de pesquisa, sobre questões de responsabilidade acadêmicas (Longuino e Lennon, 1997).

Teorias do ponto de vista e saberes situados

As origens das Teorias do Ponto de Vista ou Teorias da Perspectiva, datam dos anos 1970 e 1980 como uma crítica feminista sobre as relações entre a produção de conhecimento e práticas de poder. Pelo caráter político do movimento feminista e a convenção de que a política não se mistura ao conhecimento científico, as teorias da perspectiva surgem como uma forma de explicar a emergência destas pesquisas feministas na época. Elas desafiam a visão tradicional de neutralidade da Ciência e Tecnologia, e se propoem não apenas como uma teoria explicativa, mas também prescritiva, como um método ou teoria do método (Harding, 2004). As teorias do ponto de vista são usadas para requererem um privilégio epistêmico em relação a controvérsias sociais e políticas em nome das perspectivas dos grupos sociais que sistematizadamente estão em desvantagem, o privilégio epistêmico se dá em relação aos grupos dominantes. No caso da teoria dos pontos de vista feministas, ela reivindica um privilégio epistêmico em relação a relações de gênero, em nome do ponto de vista de feministas. A partir da teoria do ponto de vista, se ganha um acesso a um conhecimento situado. Cabe ressaltar que o privilégio epistêmico no caso não é o da mulher, mas de feministas, que tem reivindicado estes privilégios epistêmicos que foram conquistados a partir de reflexões críticas acerca das relações e estruturas de poder dominantes.

O conhecimento situado num geral considera que as pessoas têm diferentes entendimentos sobre o mesmo objeto, o que reflete nas diferentes relações que elas tem em relação ao mesmo. A *Stanford Encyclopedia of Philosophy* oferece exemplos elucidativos desses conhecedores situados, dos quais destaco: a incorporação; as

emoções, atitudes, interesses e valores; o *know-how*; e as crenças anteriores e visões de mundo. A incorporação é necessariamente um valor singular, visto que cada pessoa tem um corpo e experiencia diferentes relações com o mundo através do mesmo, a noção de corpo aqui uma noção ampliada, onde coisas e conceitos têm também corpos, é uma forma de delimitação de algo e existe também por exemplo, no corpo social. Além disso, em diferentes posicionamentos as pessoas têm diferentes visões sobre um mesmo objeto. Em relação às emoções, atitudes, interesses e valores, existe o fato de que pessoas representam objetos em relação as suas próprias emoções, atitudes, interesses e valores, por exemplo, um ladrão vê um cadeado como um obstáculo frustrante enquanto seu dono o vê como uma fonte confortável de segurança. O *know-how* tem a ver com o fato de que as pessoas tem diferentes habilidades, o que geram diferentes tipos de conhecimentos. Já em relação às crenças anteriores e visões de mundo nota-se que pessoas formam concepções distintas em relação a um objeto de acordo com suas experiências prévias e visões de mundo, um paciente pode achar que está tendo um ataque do coração, enquanto um médico acredita que ele tem somente uma azia. Uma epistemologia feminista leva em conta como o posicionamento social do conhecedor situado afeta o como e o que ele sabe.

Nos deparamos então com uma difícil tarefa, a de pensar como se origina desta perspectiva um conhecimento científico? Que ciência é possível quando questionamos as noções de “racionalidade”, de “universal” e de “ciência”? Voltaremos a esta questão quando abordarmos a noção de objetividade feminista.

As histórias das ciências podem ser eficazmente contadas como histórias das tecnologias. Essas tecnologias são modos de vida, ordens sociais, práticas de visualização. Tecnologias são práticas habilidosas: Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? Quem deve ter mais de um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Qual outro poder sensorial desejamos cultivar, além da visão? (Haraway, 1995, p.28)

Essa fala ilustra as teorias das perspectivas, desenvolvidas a partir da afirmação de que o lugar de onde se vê (e se fala) – a perspectiva – determina nossa visão (e nossa fala) do mundo.⁵ Ainda que não se coloquem como relevantes as motivações subjetivas em uma pesquisa científica/tecnológica, não é possível se separar de seu histórico e visão de mundo. Mesmo que se ignorem, invisibilizem estes fatores, eles aparecem nos usos e desenvolvimentos tecnológicos e científicos.

⁵ Tal como foi colocada a explicação das Teorias da Perspectiva acima, trata-se da nota de rodapé 4 de Sandra Azeredo, na tradução dos cadernos Pagu, do texto *Situated Knowledge* de Donna Haraway, p.14.

Este questionar do lugar do investigador aos olhos de Spivak (2010, p.19), "permanece sendo uma crença sem sentido em muitas das críticas recentes ao sujeito soberano", que seguem tendo como referência o Ocidente. O Ocidente aqui colocado trata-se da mentalidade eurocentrista e colonial de se fazer/pensar a Ciência, e no caso dessa pesquisa, ampliamos a reflexão também para a Tecnologia. Pois vemos que a mesma obliteração das motivações subjetivas e emocionais colocadas em relação à construção do conhecimento teórico, se instauram também nas estruturas técnicas.

Em "Pode o Subalterno Falar?" Spivak (2010) defende que o subalterno é sempre representado por outros sujeitos não subalternos e mesmo quando tenta falar não é compreendido pois não usa a linguagem e não se insere no mesmo contexto de seus interlocutores. No caso citado, o subalterno é a mulher indiana, que mesmo sendo sujeita de opressões, não tem sua voz reconhecida. Spivak (2010, p. 22), coloca que a construção do sujeito soberano exclui outras alteridades da fala. Ela pontua que intelectuais devem "tentar revelar e conhecer o discurso do Outro da sociedade". Retornaremos a esta questão posteriormente com bell hooks (1989) e Haraway (2000).

As teorias do ponto de vista foram, e são até hoje, muito utilizadas por movimentos sociais como propulsores para que suas vozes sejam ouvidas; ainda que não se enquadrem esteticamente nas formas e categorias de conhecimento validadas pelas estruturas e instituições que detêm o poder das construções narrativas e mantêm uma hierarquização de saberes. A este respeito:

Movimentos de justiça social tais quais, racial, étnico, queer, entre tantos, produzem rotineiramente pontos de vista. Este fenômeno sugere que a teoria ponto de vista é um tipo de epistemologia orgânica, metodologia, filosofia da ciência, e da teoria social que pode surgir sempre que povos oprimidos ganham voz pública. "A ordem social parece diferente do ponto de vista de nossas vidas e nossas lutas", dizem eles. Assim, a teoria do ponto de vista tem tanto a história explícita e implícita. Tem uma história intelectual distinta e também uma história popular ou "do povo" visível em seu apelo aparentemente espontâneo à grupos de todo o mundo que buscam compreender a si mesmos e ao mundo ao seu redor, de algumas formas bloqueados pelas estruturas conceituais dominantes em sua cultura. (tradução própria, Harding, 2004, p.3)

A situação específica – e em grande parte desfavorável – de um grupo oprimido permite então a produção de conhecimentos distintos que a dos grupos dominantes, tanto em conteúdo, como em formato e linguagem. Harding (2004) levando em conta que tradicionalmente todo o conhecimento supostamente deve ser baseado em experiências,

defende que experiências distintas geram diferentes percepções de nós mesmos e de nossos ambientes, o que somente acrescentaria para o arcabouço do conhecimento humano que outras visões – e falas – fossem validadas por este sistema, porém existe o agravante de que grupos dominantes sempre insistiram em manter diferentes condições materiais para si e para aqueles cujo trabalho possibilita o seu domínio, logo é muito evidente a quem é favorável a manutenção da hierarquia entre conhecimentos. Além disso, como uma metodologia, a teoria do ponto de vista faz com que “os praticantes possam explicar naturezas e relações sociais não acessíveis de outra forma - formas que fornecem recursos valiosos para movimentos de justiça social” (Harding, 2004, p. 3). Ajuda a criar “sujeitos” coletivos de pesquisa e não apenas enxergar grupos oprimidos como objetos de observação, nomeação e administração de outros. Entretanto, atentamos para a necessidade de um cuidado no que diz respeito a misturar auto-identidade com conhecimento científico, uma vez que “Identidade, incluindo auto-identidade, não produz ciência; posicionamento crítico produz, isto é, objetividade” (Haraway, 1995, p. 27).

As autoras Donna Haraway e Sandra Harding debatem como as teorias de ponto de vista e os conhecimentos situados geram debates políticos, filosóficos e científicos. Mas como essas diferenças formas de opressão podem se tornar recursos políticos e científicos? Harding tenta resolver esta questão afirmando que:

Cada grupo oprimido pode aprender a identificar suas oportunidades distintas para transformar uma característica opressiva das condições do grupo em uma fonte de insight crítico sobre como a sociedade dominante pensa e está estruturada. Assim, as teorias de pontos de posição mostram como uma desvantagem social e política pode ser transformada em uma vantagem epistemológica, científica e política. (tradução própria, Harding, 2004, p.7)

Assim traçamos uma conexão entre ciência e política, que segundo a autora, contrariam uma visão liberal, empiricista e iluminista de Ciência e Tecnologia. Harding alude a conhecimentos que somente podem emergir de processos políticos, que envolvem o fortalecimento de sujeitos e grupos oprimidos, que requerem um tipo distinto de conhecimento, que tende a ser desvalorizado. O ponto da autora a este respeito é que através destes tipos de conhecimentos e relatos, nos é permitido entender como cada grupo oprimido terá suas próprias percepções críticas sobre a natureza e a ordem social maior para contribuir para a coleta do conhecimento humano. E logo “Como diferentes

grupos são oprimidos de maneiras diferentes, cada um deles tem a possibilidade (e não a certeza) de desenvolver conhecimentos distintos sobre sistemas de relações sociais em geral nos quais sua opressão é uma característica” (Harding, 2004, p.9).

O enfoque da teoria dos pontos de vista é justamente sobre a localização histórica e social dos projetos de conhecimento e também como o trabalho coletivo político e intelectual pode transformar uma fonte de opressão em uma fonte de conhecimento e libertação em potencial, e nos faz questionar mais sobre quais seriam as pré-condições para compreendermos a produção de conhecimento em cada momento histórico e contexto social, racial, étnico e de gênero.

Harding (2004) faz a ressalva do histórico do feminismo de associação com movimentos de direitos liberais burgueses, projetos discriminatórios racial e etnicamente, entendimentos heteronormativos e outros "luxos" teóricos disponíveis para mulheres dos grupos dominantes. Apontando para o conservadorismo que movimentos, grupos ou coletivos feministas podem ter e historicamente apresentaram, mas também para a impossibilidade de se definir feminismo enquanto uno. Sendo a diversidade sua marca e riqueza.

Um ponto que intersecciona diversos feminismos é a questão dos trabalhos de cuidado, que historicamente são assumidos pelas mulheres, vistas como cuidadoras natas, como se fosse intrínseco e natural ao ser mulher o ato de cuidar. Ignora-se a construção social que envolve a aptidão das mulheres para tais cuidados, enquanto homens são estimulados para trabalhos mais valorizados socialmente. Esta divisão sexual do trabalho reserva às mulheres o espaço doméstico, tarefas de reprodução da vida, família e cuidados e aos homens a esfera pública, com possibilidades decisórias, poder e controle. Essa noção vem sendo desconstruída por diversos movimentos, grupos e coletivos feministas, para que os trabalhos de cuidado e manutenção da vida - tais quais alimentação, higiene, cuidados da casa, das crianças, dos idosos e de quem necessita cuidados especiais - sejam vistos como responsabilidades sociais e de todos os que habitam determinado núcleo familiar. Dentro deste contexto Bellacasa (2012) faz uma leitura de Haraway colocando a autora como uma pensadora do cuidado, remetendo ao papel de cuidado tradicional que as mulheres tem desempenhado historicamente, e,

relacionando estas obras como obras que valorizam os cuidados também nos meios acadêmicos, falando de uma “ética do cuidado”, pontuando que as relações do pensar e do saber requerem também cuidado.

O cuidar e o relacionar compartilham assim ressonâncias ontológicas e conceituais. (...) Isso significa que o cuidado é de alguma forma inevitável: embora nem todas as relações possam ser definidas como de cuidados, ninguém poderia subsistir sem cuidados. Por exemplo, mesmo quando o cuidado não é assegurado pelas pessoas ou coisas que estão perceptivelmente envolvidas em uma forma específica de relacionar, para que eles possam simplesmente subsistir alguém/algo tem (teve) que tomar cuidado em algum lugar ou em algum momento. Além disso, o cuidado obriga-nos a fomentar constantemente, não só porque é, na sua própria natureza, sobre manutenção e reparação mundanas, mas porque o grau de habitabilidade de um mundo pode muito bem depender do cuidado realizado nele. Nesse sentido, defender a necessidade vital de cuidado significa defender relações sustentáveis e florescentes, não meramente sobreviventes ou instrumentais. (Bellacasa, 2012, p.198, tradução própria)

A autora propõe então para estas relações de cuidado holísticas dentro da academia sejam possíveis, que se “pense com”, aludindo às relações entre obras feministas e ressaltando que se construa um nós em relação ao pensamento, evitando os cercos conceituais e envolvendo o que ela chama de “dissidência interna”, divergir estando junto. A relação entre cuidado e conhecimento é expressa nas teorias do ponto de vista de Harding, que citando Hartsock (1983) diz que o conhecimento comprometido com o pensamento de experiências marginalizadas poderia ser um melhor conhecimento e ajudar a cultivar epistemologias alternativas que desfocam dualismos dominantes. Segundo Bellacasa (2012), o trabalho de Haraway pode contribuir para o repensar contemporâneo do mundo social e da organização que está explorando formas de situar as pessoas e as coisas no mundo sem recorrer a "totalidades" fixas - sociedade, cultura - sem necessariamente resultar na individualização do eu ou na fluidez permanente (Bellacasa, 2012). O cuidado é uma boa palavra para expor a singularidade da ética não-normativa apresentada, cuidar é sempre singular, não tem uma receita, nem uma fórmula específica, é criado e construído a partir da experiência e do cotidiano. Situar os saberes trata assim também de tratá-los com cuidado.

Objetividade Feminista

A *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, aponta que a noção clássica de objetividade nasceu nos séculos XVII e XVIII, como uma resultante da superioridade da ciência Newtoniana em relação aos escolásticos predecessores. Entre as críticas feministas da noção de objetividade tradicional, algumas características são problemáticas, tais quais, a dicotomia entre sujeito e objeto, a aperspectividade, o desprendimento, a neutralidade de valor, o controle, e a orientação externa. A saber:

(A) A dicotomia sujeito/objeto: o que é realmente ("objetivamente") existe independentemente dos conhecedores. (B) Aperspectividade: o conhecimento "objetivo" é verificado através da "visão do nada", uma visão que transcende ou abstrai de nossos locais particulares. (C) Desapego: os conhecedores têm uma postura "objetiva" em relação ao que é conhecido quando estão emocionalmente separados dele. (D) Neutralidade de valor: os conhecedores têm uma postura "objetiva" em relação ao que é conhecido quando adotam uma atitude neutra em relação a ela. (E) Controle: o conhecimento "objetivo" de um objeto (o modo como ele "realmente" é) é alcançado controlando-o, especialmente por manipulação experimental, e observando as regularidades que ele manifesta sob controle. (F) Orientação externa: o conhecimento "objetivo" consiste em representações cujo conteúdo é ditado pela maneira como as coisas realmente são, e não pelo conhecedor. (tradução própria, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*)

Sobre esta noção de neutralidade nas ciências e tecnologias, Haraway (1995) a compara a visão subjetiva de Deus: o poder ver sem ser visto, o mito da visão absoluta, prometendo uma visão de toda parte e de nenhum lugar. Esta criação de objetividade científica que se pretende absoluta, ao se isentar assim de limites e responsabilidades, privilegia sistemas de poder, perpetuando hierarquias sociais. Em contraposição, a autora propõe uma outra forma de objetividade feminista, que chama de saberes localizados: "a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado" que se opõe "a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo" (Haraway, 1995, p.30). Neste contexto, posicionar-se implica responsabilidade e desta maneira a política e ética entram também como variáveis da construção do conhecimento racional.

Esta visão desmistifica também a História como verdade factual do passado e a coloca como uma construção repleta de jogos de poder, onde Haraway faz a provocação de que esta História trata-se de uma "estória que os entusiastas da cultura ocidental contam uns aos outros" (Haraway, 1995, p.11). Haraway (1995) diz ainda que, neste contexto, "o conteúdo é a forma", o que no nosso entendimento seria o mesmo que dizer

que é possível subtrair do conteúdo indicações de pontos de vista e posicionamentos políticos de quem os escreveu, sendo claras as intenções de exaltar um determinado sujeito e maneira de pensar tradicional e patriarcal, nos textos históricos. Esta entretanto não é uma descrença nas teorias críticas modernas, mas sim uma tentativa de teorias críticas mais reais e múltiplas, “sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (Haraway, 1995, p.16).

É criada então a noção de uma objetividade feminista, que se contrapõe a pseudo neutralidade e defende uma maior transparência onde “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular” (Haraway, 1995, p.33), a desmistificar o 'truque de Deus' usado para conceber conhecimentos científicos oniscientes e onipotentes. De maneira mais simplificada Haraway (1995) define que a objetividade feminista seria então que se situem e localizem os saberes colocados, de modo a contextualizar e explicitar melhor quais relações de poder e pontos de vista estão colocadas, propondo novas relações entre teoria e prática. Já essas relações se dariam delineando novos agente epistêmicos, não mais isolados do mundo - isentos e imparciais - mas inseridos no coração dele, subjetivos, afirmando suas particularidades (RAGO, 1998) e estabelecendo conexões não inocentes em relação as tecnologias de visualização usadas por cada segmento (Haraway, 1995). Por isso, os saberes situados, levariam à objetividade feminista, uma objetividade que leva em conta os sujeitos e não somente os objetos de pesquisa.

0.2 O Manifesto Ciborgue

O Manifesto Ciborgue é o trabalho mais conhecido de Donna Haraway e foi originalmente publicado na *Socialist Review*, em 1985 e traduzido para o português no ano 2000. Nele, a autora busca construir “um mito político, pleno de ironia, que seja fiel ao feminismo, ao socialismo e ao materialismo”, colocando a imagem do ciborgue como uma fé irônica, uma blasfêmia (Haraway, 2000, p. 35). Na literatura, manifesto é um texto de natureza dissertativa e persuasiva, uma declaração pública de princípios e intenções, que objetiva alertar um problema ou fazer a denúncia pública de um problema que está ocorrendo, normalmente de cunho político. O manifesto destina-se a declarar um ponto de

vista, denunciar um problema ou convocar uma comunidade para uma determinada ação. No manifesto de Haraway, a autora convida a repensar as experiências das mulheres e as relaciona aos novos desafios trazidos pela figura do ciborgue. Nas palavras da autora:

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo. Os movimentos internacionais de mulheres têm construído aquilo que se pode chamar de “experiência das mulheres”. Essa experiência é tanto uma ficção quanto um fato do tipo mais crucial, mais político. A libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade. O ciborgue é uma matéria de ficção e também de experiência vivida – uma experiência que muda aquilo que conta como experiência feminina no final do século XX. Trata-se de uma luta de vida e morte, mas a fronteira entre a ficção científica e a realidade social é uma ilusão ótica. (Haraway, 2000, p.36).

Haraway se coloca publicamente ela própria como um ciborgue, incorporando a representação da quintessência da tecnologia, mas não como se ela fosse diferente ou especial, e sim que as realidades da vida moderna implicam uma relação tão íntima entre as pessoas e a tecnologia que não é mais possível dizer onde nós acabamos e onde as máquinas começam. Esta formação aponta para a guerra de fronteiras da relação entre organismo e máquina nas tradições da ciência e da política ocidentais, que a autora pontua como “ a tradição do capitalismo racista, dominado pelos homens; a tradição do progresso; a tradição da apropriação da natureza como matéria para a produção da cultura; a tradição da reprodução do eu a partir dos reflexos do outro”, estas fronteiras seriam dos territórios da produção, da reprodução e da imaginação (Haraway, 2000, p.37). Com o desenvolvimento tecnológico do final do século XX, intensificado no começo do século XXI, as diferenças entre natural e artificial se tornaram ambíguas, e com isso as distinções entre os organismos e as máquinas. Haraway faz uma crítica a atual sociedade, que coloca enquanto inerte, em contraposição à vivacidade das máquinas. Em entrevista, a autora situa: “Estamos falando, neste caso, de formas inteiramente novas de subjetividade. Estamos falando seriamente sobre mundos em mutação que nunca existiram, antes, neste planeta. E não se trata simplesmente de ideias. Trata-se de uma nova carne” (idem, p.23).

A figura do ciborgue feminista atua então como uma alegoria da libertação das mulheres e de outros sujeitos contra-hegemônicos, mas também, como uma nova subjetividade da simbiose entre pessoas e máquinas que está se dando no mundo em que vivemos e coloca o olhar especialmente na simbiose entre corporificações feministas e máquinas. A autora compara a construção social dos papéis de gênero, tida como natural, à construção de um ciborgue, e sendo assim “dados os instrumentos adequados, todos nós podemos ser reconstruídos”, e desta forma cabe a uma pessoa decidir se ela irá se fixar na esfera doméstica ou na esfera pública, “se irá lavar pratos ou legislar sobre a Constituição” (Haraway, 2000, p. 25). Esta habilidade de construção e reconstrução nos abre um novo panorama para a compreensão do atual estado em que a terra se encontra, e questionar o quanto “é natural ter uma sociedade baseada na violência e na dominação de um grupo sobre outro”. Nos possibilitando novos entendimentos onde as guerras e a destruição da natureza não são vistas como inerentes ao futuro e à humanidade.

Esse interesse pela C&T que as feministas apresentam está dentro de um leque de preocupações com o futuro, de como iremos coabitar humanos e máquinas. Nas palavras de Haraway em entrevista: “Penso que as questões que realmente importam (quem vive, quem morre e a que preço) – essas questões políticas – estão corporificadas na tecnocultura. Elas não podem ser resolvidas de nenhuma outra maneira”. Em seu manifesto, a ciência e a tecnologia aparecem como parte da sociedade e não fora dela, logo as soluções para uma vida que tenha possibilidade de um futuro devem estar em confluência com a ciência e a tecnologia e não apartadas num retorno mítico ao natural.

Este manifesto traz questões e conceitos que motivam para ação, ele é construído de maneira propositiva e vemos nisso muita importância. As contribuições decisivas para esta pesquisa são a irrequietação em relação a situação das mulheres e sujeitos contra-hegemônicos num ambiente mediado e composto pela tecnologia; a busca por novas formas de ver e interpretar dominações; e a ânsia demonstrada por novas formas de burlar e mudar as situações apresentadas de opressões. Ele inspira e levanta questionamentos fundamentais para se pensar a situação das mulheres e de outros sujeitos contra-hegemônicos no momento atual que vivemos de simbiose entre humanos e máquinas e entre natureza e máquinas e pensa em maneiras de se viver bem nesta nova ordem tecnológica. Por trazeremos experiências onde a tecnologia tem um papel central na tentativa por diminuir opressões - as experiências radiofônicas feministas - os conceitos apresentados neste manifesto nos servem para pensar práticas e possibilidades

onde as máquinas são usadas como aliadas na libertação das mulheres e de outros sujeitos contra-hegemônicos.

Desta forma nos interessam neste manifesto questões epistemológicas e políticas. A questão epistemológica trata de desmistificar a ideia de natureza com a qual a ciência trabalha, uma natureza que coloca as mulheres num lugar de inação em relação às tecnologias. E também a parte política que trata novamente de desmistificar a ideia de natureza, desta vez nos movimentos sociais - especialmente nos ecofeminismos e feminismos radicais - trazendo situações onde as mulheres tem autonomia e autoridade de suas experiências com as máquinas e saberes relacionados a elas.

Deusas ou Ciborgues?

“Prefiro ser uma ciborgue à ser uma deusa”, é uma famosa frase de Haraway (2000, p.22). A autora contrapõe a ciborgue à deusa, dizendo que prefere ser uma ciborgue à uma deusa. Esta comparação se dá em relação a uma linha de ecofeminismos que aludem a um retorno de uma essencialidade feminina, da deusa, que prega que as mulheres poderão encontrar a liberdade apenas na medida em que se desprenderem do mundo moderno e descobrirem sua suposta conexão espiritual com a Mãe Terra, sendo assim contrárias às tecnologias, que veem como pragas patriarcais. Haraway não quer retornar a um passado pré-tecnológico e se coloca como um produto da ciência e da tecnologia. Para esta pesquisa acreditamos ser importante trazer esta visão de ciborgue pois tratamos de experiências feministas que envolvem o uso das tecnologias radiofônicas, aproximando as mulheres e as tecnologias, sendo a comunicação uma necessidade humana fundamental. Vemos na apropriação das tecnologias por parte das mulheres e de sujeitos contra-hegemônicos grande potência para o feminismo.

A imagem do ciborgue pode ajudar a expressar dois argumentos cruciais deste ensaio. Em primeiro lugar, a produção de uma teoria universal, totalizante, é um grande equívoco, que deixa de apreender – provavelmente sempre, mas certamente agora – a maior parte da realidade. Em segundo lugar, assumir a responsabilidade pelas relações sociais da ciência e da tecnologia significa recusar uma metafísica anticência, uma demonologia da tecnologia e, assim, abraçar a habilidosa tarefa de reconstruir as fronteiras da vida cotidiana, em conexão parcial com os outros, em comunicação com todas as nossas partes. Não se trata apenas da ideia de que a ciência e a

tecnologia são possíveis meios de grande satisfação humana, bem como uma matriz de complexas dominações. A imagem do ciborgue pode sugerir uma forma de saída do labirinto dos dualismos por meio dos quais temos explicado nossos corpos e nossos instrumentos para nós mesmas. Trata-se do sonho não de uma linguagem comum, mas de uma poderosa e herética heteroglossia. Trata-se da imaginação de uma feminista falando em línguas [glossolalia] para incutir medo nos circuitos dos supersalvadores da direita. Significa tanto construir quanto destruir máquinas, identidades, categorias, relações, narrativas espaciais. Embora estejam envolvidas, ambas, numa dança em espiral, prefiro ser uma ciborgue a uma deusa. (Haraway, 2000, p.98)

O termo heteroglossia descreve a coexistência de diferentes variedades dentro de um único "código lingüístico". Em grego, hetero significa diferente e glossa significa idioma. O termo foi apresentado pelo linguista russo Mikhail Bakhtin, em 1934 e a tradução literal do russo 'raznorechie' significa "diferentes expressões". Bakhtin (1934) define heteroglossia como "fala na linguagem do outro, usado para expressar as intenções do autor, mas de uma forma refratada". Haraway (2000) alude então a uma fala feminista que seja potente para encampar diversas alteridades e que ao mesmo tempo fuja de dicotomias já não mais suficientes para representar o atual momento. Uma fala que encampe mudanças trazidas pelas ciências e tecnologias e não que as negue.

Ecofeministas e feministas radicais celebraram a identificação das mulheres com a natureza e consideraram que as mesmas seriam as responsáveis pela garantia da integridade da vida humana e natural na terra. Ao mesmo tempo em que negam a tecnologia como uma possibilidade de somar nesta tarefa de proteção da vida e a colocam como patriarcal e somente um vetor de dominação. Haraway (2000) defende o potencial positivo da ciência e da tecnologia para criar novos significados e novas entidades, para construir novos mundos (Wacjman, 2006). Haraway vê com receio esta celebração ecofeminista da proximidade espiritual das mulheres a uma natureza incontaminada e adverte que esta linguagem da contaminação é perigosa de um ponto de vista político pois se aproxima muito da pureza de raça dos discursos do racismo científico e do colonialismo, assim se explica a predilecência por ser um ciborgue impura a ser uma deusa pura. Ainda, esta busca pela deusa etérea pode remeter a uma naturalização do que é entendido como essência feminina e o feminismo defendido por Haraway aposta na construção social e cultural dos gêneros, ou seja, o que é ser homem e o que é ser mulher é construído e reificado pelas estruturas sociais e culturais, normatizando padrões de identidade e comportamento, não havendo portanto uma essência natural e sim uma identidade construída. Para Haraway (2000) - mesmo embora

seu manifesto tenha sido escrito antes da efervescência da internet - a informática, as comunicações e a biotecnologia apresentam novas fontes de poder para as mulheres e novas formas de fazer política feminista (Wacjman, 2006).

A questão das deusas e ciborgues é retomada por Lykke (1997), onde a autora faz uma crítica em relação a dualidade apresentada por Haraway sobre ser ciborgue ou deusa. Tendo em vista o posicionamento contrário à dualidades que Haraway apresenta em seu Manifesto Ciborgue, a autora vê como uma espécie de contradição esta dualidade. Lykke (1997) contrapõe o ciborgue de Haraway (2000) com o ecofeminismo de Vandana Shiva e propõe uma justaposição e complementariedade entre as duas visões afirmando que ambas são possíveis num panorama de libertação das mulheres e defesa da natureza e dos recursos naturais essenciais à manutenção da vida. A autora aponta que o conceito de natureza foi construído pelo patriarcado segundo suas próprias conveniências e que este subjuga a toda as mulheres. Lykke (1997) afirma que tecnofilia crítica apresentada por feministas como Haraway e a espiritualidade apresentada por ecofeministas não se excluem mutuamente, encontrando a solução na dissolução da dicotomia apresentada por ambos os pontos de vista. A autora considera o ponto de vista de Shiva em relação à crítica que esta faz das tecnologias simplista e que a volta ao natural proposta pela autora é muito irreal ao considerar somente a economia de subsistência como válida. Para tal ela aponta como Haraway (1995) busca também a espiritualidade na figura do coyote e como a mesma vê os ciborgues enquanto uma esperança para a sobrevivência da terra, ao mesmo tempo em que pontua que a sociedade atual é intrínseca às relações humano máquinas, ela afirma que uma mulher que toma pílula anticoncepcional, por exemplo, é uma forma de ciborgue. Acreditamos com Lykke (1997) que não é necessária uma dualidade excludente, e nos aproximamos da visão do feminismo ciborgue, por estarmos intimamente conectadas à artefatos tecnológicos no nosso ativismo feminista e radiofônico, entretanto valorizamos os conhecimentos ancestrais e acreditamos que eles podem caminhar juntos. Veremos um exemplo prático de mulheres indígenas, mais próximas da natureza, usando programas de rádio para falarem sobre o fim da violência contra as mulheres, o que faz um ponto de união entre as duas ideias.

“Identidades fraturadas” e voz quebrada

Haraway se pergunta sobre as possibilidades de existir um “nós” feminista, afirmando que não existe nada no fato de ser mulher que naturalmente una as mulheres.

Tem-se tornado difícil nomear nosso feminismo por um único adjetivo – ou até mesmo insistir na utilização desse nome, sob qualquer circunstância. A consciência da exclusão que é produzida por meio do ato de nomeação é aguda. As identidades parecem contraditórias, parciais e estratégicas. Depois do reconhecimento, arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente constituídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade “essencial”. (Haraway, 2000, p.47)

É muito comum hoje que as identidades sejam colocadas como categorias essencialistas na discussão das opressões e isto acaba gerando ilhas de discussões e atuação política, e é necessário construir barcas e pontes que unam as reivindicações. Em meio a tantas fragmentações, Haraway (2000) busca algum tipo de unidade por meio da afinidade e não mais da identidade, buscando uma coalizão com a finalidade de diminuir as opressões sofridas, mas sem passar por cima das peculiaridades. Resta a difícil tarefa de constituir afinidades eficazes capazes de manter juntas as demandas pelas mudanças necessárias, buscar parentescos políticos capazes de quebrar com as velhas e complexas estruturas de dominação.

A feminista interseccional, que pauta gênero, raça, classe e esses cruzamentos, hooks (1989, p. 207) fala da necessidade de “maneiras de falar que descolonizem as nossas mentes”, onde o discurso privado possa existir em falas públicas, onde enunciados carreguem também múltiplas vozes, individualidades, pontos de vista e maneiras de ver o mundo. Incorporar na própria fala um senso de lugar, que traga as origens e as múltiplas vozes. A autora coloca que usou durante muito tempo o modo de falar do opressor, e este modo de falar é que levou a se graduar na universidade, a escrever uma dissertação e a falar em entrevistas de emprego, porém a forma de falar carrega em si opressões que é necessário também desconstruir. A autora traz ainda o aspecto da marginalidade que está contida nas falas sobre determinados assuntos e ressalta a distância que existe entre a margem e o centro, a marginalidade sendo assim um espaço de resistência radical, que ela chama de espaço de abertura radical. Segundo

hooks⁶ (1989, p. 203), “a linguagem é também um lugar de luta(s)”⁷ e trata-se de insistir em falar com/da voz quebrada... mas o que seria essa voz quebrada? A autora descreve o termo 'voz quebrada' a partir de uma conversa com seu amigo Edward George⁸ onde ele diz algo como “a nossa é a voz quebrada”, e hooks acrescenta que “quando você escuta a voz quebrada, você também escuta a dor que está contida nessa quebra”.

A autora advoga pela perspectiva da margem, da opressão e chama de políticas de localização estas perspectivas, como pontos de vista radicais que devem ser considerados. hooks (1989) fala assim das batalhas e dificuldades das pessoas que sofrem opressões em falar e conquistar sua voz, que ela chama de 'voz quebrada'. Voz esta que ela coloca como voz de ação e resistência. As batalhas são sempre pela memória e não esquecimento das opressões e por isso vê como tão positivas as falas subjetivas em discussões públicas. Segundo a autora, este estar à margem é um estado onde se pertence a um todo mas não ao corpo central, é um entrar em determinado mundo porém sem poder nele viver, ela faz esta analogia relacionando-a à sua cidade natal, onde negros podiam frequentar o centro da cidade, construíam as casas e edifícios, faziam os trabalhos de limpeza e comércio porém não podiam lá morar, moravam apartados do centro da cidade, sempre tendo que retornar às margens. Mas estas margens trazem também uma maneira específica de ver a realidade, um olhar de dentro e de fora ao mesmo tempo, onde a própria sobrevivência estava atrelada a uma consciência desta separação margem-centro. A marginalidade carrega assim muito mais que um senso de privação, traz também um espaço radical de possibilidades, um espaço de resistência, central para a produção de discursos contra-hegemônicos. Desta forma, a autora advoga por um senso de marginalidade que se quer manter e não perder, pois este nutre a capacidade da resistência, é o espaço que a autora escolhe por estar. Assim, entender a marginalidade como uma posição de resistência é crucial para as pessoas colonizadas que sofrem opressões e explorações pois suas perspectivas são moldadas e formadas por ela e nela.

⁶ A ativista e acadêmica bell hooks faz questão de utilizar letras minúsculas em seu nome de autora.

⁷ hooks reitera muitas vezes no texto de 1989 'Choosing the Margin as a Space of Radical Openness' como “language is also a place of struggle”. Agradeço a Raphi Soifer pela ajuda em encontrar uma tradução para esta frase.

⁸ Edward George é membro do Black Audio Film Collective, um coletivo de artistas multimídia ingleses fundado em 1982 e ativo até 1998, responsáveis por uma série de filmes documentais e textos.

A comparação das identidades fraturadas com a voz quebrada se dá pelas quebras, os identitarismos já não servem mais para motivar novas uniões e restam as vozes quebradas. A voz quebrada, na nossa visão, é uma personificação – ou sonorização - da busca pelo parentesco político e considerando que existem diferenças entre os sujeitos. Em sua comparação, por exemplo, hooks (1989) coloca a sua voz quebrada junto a de seu amigo homem, transpassando a questão do gênero e buscando afinidades em comum, no caso, pela questão em comum da raça. A interseccionalidade atua como uma forma de se encontrar afinidades em meio às fraturas. A interseccionalidade (ou teoria interseccional) é o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação e/ou discriminação. A teoria sugere e procura examinar como diferentes categorias sociais e culturais, tais como gênero, raça, classe, capacidade, orientação sexual, religião, casta, idade e outros eixos de identidade interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultâneos.

Desta forma, uma mulher negra, por exemplo, está no “degrau mais baixo de uma hierarquia de identidades negativas” pois “a categoria “mulher” nega todas as mulheres não brancas; “a categoria “negro” nega todas as pessoas não negras, bem como as mulheres negras” (Haraway, 2000). As opressões sofridas por uma mulher branca e uma negra são muito distintas, pois a mulher negra tem além da camada de ser mulher, a de ser negra. Haraway (2000) trás a discussão de Sandoval (1984) da chamada “consciência de oposição”, que é um modelo de identidade política não baseado na essencialidade e sim na “capacidade de analisar as redes de poder que já foi demonstrada por aquelas pessoas as quais foi negada a participação nas categorias sociais da raça, do sexo ou da classe”. O discurso de Sandoval é anticolonialista e assim como Spivak (2010), é um discurso que “dissolve o “Ocidente” e seu produto supremo – o Homem, ou seja, aquele que não é animal, bárbaro ou mulher” (Haraway, 2000, p.49). Juntamente à dissolução da figura do “homem”, a categoria “mulher” atualmente se desintegra em “mulheres”, considerando que existem muitas especificidades de lutas distintas pois existem muitas mulheres distintas e não há um fundamento único de dominação. Vemos o mito do ciborgue como tão relevante pois o ciborgue é construído e não tem cor, raça, gênero, nem sexualidade pré-estabelecidos; mas pode ter cor, raça, gênero e sexualidade e seguir múltiplo, justamente porque o ciborgue pode fazer coalisões e buscar afinidades em comum para lutar pelo fim de opressões, e na visão que aqui interpretamos, ele é

adepto ao exercício da alteridade e busca entrar em contato com outras subjetividades, desta forma, em alguma medida assumimos uma perspectiva ciborgue nesta pesquisa.

Ainda, vemos o uso da rádio como maneira de descolonizar os saberes e ampliar seu alcance ao criarmos maior autonomia nas pessoas para que se sintam capazes de serem produtoras de saberes e não apenas receptoras, a falarem cada quais em suas vozes quebradas e amplificarem estas vozes através das tecnologias.

“A informática da dominação” e os *commons* feministas

Haraway apresenta um quadro no qual tenta repaginar as velhas dominações hierárquicas para se enquadrar num momento mais atual, das novas redes de dominação, que vem na forma de um sistema polimorfo e informacional, nomeado de “informática da dominação”:

As dicotomias entre mente e corpo, animal e humano, organismo e máquina, público e privado, natureza e cultura, homens e mulheres, primitivo e civilizado estão, todas, ideologicamente em questão. A situação real das mulheres é definida por sua integração/exploração em um sistema mundial de produção/reprodução e comunicação que se pode chamar de “informática da dominação”. (Haraway, 2000, p. 63)

Na chamada informática da dominação, Haraway aponta para a substituição de muitos valores na sociedade, tais quais destacamos a representação pela simulação, o organismo pelo componente biótico, a fisiologia pela engenharia de comunicação, a decadência pela obsolescência, a perfeição pela otimização, a reprodução pela replicação, a fábrica pelo trabalho feito em casa por meio das tecnologias eletrônicas, o público/privado pela cidadania tipo “ciborgue” e o trabalho pela robótica. A velha forma de dominação do patriarcado capitalista branco é substituído assim pela “informática da dominação”, uma rede de imbricadas relações humanos máquinas, repleta de novas formas de dominações.

Além disso, as ciências da comunicação e as biológicas modernas são construídas por uma operação comum – a tradução do mundo em termos de um problema de codificação, isto é, a busca de uma linguagem comum na qual toda a resistência ao controle instrumental desaparece e toda a heterogeneidade pode ser submetida à desmontagem, à remontagem, ao investimento e à troca. (Haraway, 2000, p. 64)

Esta tendência em codificar tudo, vista na biologia e nas comunicações, porém não é comum nas relações sociais atuais, sendo esta nova forma de controle maquínica passada mais despercebida, sendo assim é mais difícil encontrar as linguagens comuns que unem as pessoas em relação a esta dominação. As entranhas do patriarcado se complexificaram e apresentam também relações de mais difícil identificação, que passam pela eletrônica e pela microeletrônica: “A microeletrônica está no centro do processo que faz a tradução do trabalho em termos de robótica e de processamento de texto, do sexo em termos de engenharia genética e de tecnologias reprodutivas e da mente em termos de inteligência artificial e de procedimentos de decisão” (Haraway, 2000, p. 66).

Haraway (2000) fala da precarização que as pessoas mais vulneráveis têm vivido através no panorama da informática da dominação e da necessidade de novas políticas para darem conta da C&T:

A única forma de caracterizar a informática da dominação é vê-la como uma intensificação massiva da insegurança e do empobrecimento cultural, com um fracasso generalizado das redes de subsistência para os mais vulneráveis. Uma vez que grande parte desse quadro está conectado com as relações sociais da ciência e da tecnologia, é óbvia a urgência de uma política socialista feminista dirigida para a ciência e a tecnologia. (Haraway, 2000, p. 80)

Para enfrentar este novo paradigma das relações, Federici (2010) propõe uma noção do *commons* feminista, que vemos como conectada a uma forma de política socialista feminista evocada por Haraway (2000). A noção de *commons* remete a recursos possuídos e compartilhados por uma comunidade de indivíduos denominados *commoners*. É um termo da área da economia, sem tradução para o português, tradicionalmente utilizado para designar recursos naturais – como florestas, rios, e atmosfera. Porém, desde a década de 1990, o conceito tem sido revisitado e ampliado para abranger também recursos informacionais ou digitais. Federici (2013) explica o quanto a noção de *commons* tem sido capitaneada pelo mercado e pelo banco mundial quando retiram da terra povos tradicionais para torná-la explorada por parques e turismo, por exemplo.

Federici (2010, p. 243) rememora uma citação onde “De certo modo, as mulheres são tratadas como *commons* e os *commons* são tratados como mulheres”⁹. Desta citação podemos retirar que a forma como as mulheres são tratadas pelo patriarcado é uma

⁹ A citação original é de Maria Mies e Veronica Benholdt-Thomsen, do texto “Defending, Reclaiming, Reinventing the Commons” de 1999.

forma como se seus corpos fossem bens comuns e abertos para utilização pública, assim como sua força de trabalho de cuidados, superexplorada pelo patriarcado. Ou seja, da mesma maneira que os capitalistas se apropriaram da natureza para extrair riquezas, as mulheres foram designadas como bens comuns dos homens, como uma fonte de riqueza, com seus serviços de manutenção da vida, domésticos e de cuidados à disposição. Federici (2010) aborda bastante a questão de como os trabalhos domésticos, de cuidado e de manutenção da vida que as mulheres exercem são expropriados pelo capitalismo e desvalorizados, ainda que sejam a base da manutenção social. E como estes são fonte de acumulação capitalista. Ao mesmo tempo que os bens comuns, a natureza, os oceanos, as terras, são tratados com o mesmo desrespeito e subvalorização que as mulheres são tratadas pelo patriarcado, desvalorizando a sustentabilidade a longo prazo das relações com a natureza, o mesmo tratamento dado às mulheres.

A noção de um *commons* feminista vem assim como forma de tratar a natureza como um bem comum de acordo com os valores de valorização da vida que pregam o feminismo. A proposta da autora é deixar que feministas cuidem de espaços comuns e que existam mais espaços comuns de manutenção da vida, que seja retomada a lógica dos bens comuns para a sustentabilidade dos mesmos, agindo contra a intenção neoliberal de mercantilizar todas as formas de vida e de conhecimento, submetendo-as às lógicas do mercado e desta forma tirando o acesso social coletivo a mares, árvores e animais, a não ser pelo viés econômico. A autora ressalta que formas de cooperação social de uso dos bens comuns existem inclusive em áreas como a internet, englobando assim a microeletrônica à lógica dos bens comuns, sendo esta responsável por parte da gestão dos bens comuns. Federici (2010) coloca que a ideia dos *commons*, no sentido de bens comuns compartilhados socialmente e habitáveis, apresenta uma alternativa ao binômio Estado e propriedade privada, ou Estado e mercado, além de ter um papel ideológico. A visão feminista dos bens comuns alude ao ponto de partida do trabalho reprodutivo como sendo o centro da organização social e contra a discriminação sexual, ressaltando que os princípios dos *commons* “podem constituir os cimentos para um programa anticapitalista” (Federici, 2010, p. 245). A autora afirma ainda que “estas lutas travam uma identidade coletiva, construindo um contrapoder tanto no terreno doméstico como na comunidade, e abrem um processo de autovalorização e autodeterminação com o qual temos muito que aprender” (idem, p. 253).

Dentro deste panorama, a autora afirma a urgência de uma identidade social comunitária, tida como um tipo de relação, baseada nos princípios de cooperação e responsabilidade entre as pessoas com relação aos bens naturais, para que se faça uso e gestão da terra, dos bosques, dos mares e dos animais.

Em outras palavras, necessitamos superar o estado de negação constante e de irresponsabilidade em relação às consequências de nossas ações, resultado das estruturas destrutivas sobre as quais se organiza a divisão social do trabalho dentro do capitalismo; sem isso, a produção da nossa vida se transforma, inevitavelmente, em produção de morte para outros. (Federici, 2010, p. 254)

Neste sentido, a aproximação das duas autoras é frutífera em relação a responsabilidade que é necessária assumir em relação a como nos utilizamos das tecnologias e no caso desta pesquisa, os transmissores de rádio servem a causas de libertação das pessoas em relação à opressões e não se trata de um uso da eletrônica e da microeletrônica de forma acrítica. Nos usamos da lógica do software livre e de licenças de uso compartilhado tanto para produção de conteúdo quanto na produção dos artefatos tecnológicos e dos meios utilizados para fazer programas radiofônicos. Software livre é uma expressão utilizada para designar qualquer programa de computador que pode ser executado, copiado, modificado e redistribuído pelos usuários gratuitamente. Os usuários possuem livre acesso ao código-fonte do software e fazem alterações conforme as suas necessidades, redistribuindo-os novamente na mesma licença. Existe uma ética de conduta dentre os usuários de software livre que consideram o conhecimento enquanto algo livre e não proprietário e que deve se multiplicar como tal.

Podemos então pensar a radiodifusão feminista como uma forma de ir contra a informática da dominação de Haraway (2000) e trabalhá-la enquanto *commons* feminista como a aludida por Federici (2010). Entendemos que sim e tentaremos explicar melhor como estas relações se dão no próximo capítulo.

“Mulheres no circuito integrado”

Haraway se utiliza do conceito de mulheres no circuito integrado baseada num artigo escrito por Rachel Grossman em 1980, onde a autora relata a situação da precarização do trabalho de cerca de 250.000 mulheres do sudeste asiático, que trabalham na manufatura de circuitos eletrônicos que servem para diversas funções, desde relógios digitais a computadores. Grossman (1980) relata diversas formas utilizadas para manter as mulheres dóceis e controladas, como concursos de beleza, um tratamento paternal dos chefes para com suas empregadas, a criação de uma admiração pelo modelo norte-americano de vida, entre outras táticas que mascaram a realidade das empresas de pagamento irrisórios e trabalho quase sem descanso (com 15 minutos para almoço e despedindo mulheres que não conseguem alcançar metas). As mulheres relatam perda de visão devido ao uso de microscópio e doenças como conjuntivite e intoxicação por inalação de gases de metais tóxicos, o trabalho começa com mulheres bem jovens que são chamadas pelas novatas de avós aos 25 anos por usarem óculos devido a perda de visão ocasionada pelo trabalho. A autora relata ainda que as sociedades do sudeste asiático são muito marcadas pelo patriarcado, onde pais e irmãos frequentemente vão reclamar juntamente às fábricas que suas filhas e irmãs mudaram de estilo de vida e aparência e por isso eles criaram um dia de pais e irmãos nas fábricas para amenizarem as mudanças sociais que ocorrem nas famílias. Não foram relatadas greves e nem organização via sindicatos, mas as mulheres apresentaram resistência ao fecharem a produção por horas e dias afirmando a possessão por espíritos, que geralmente ocorre quando há muita pressão e trabalho e muitas das vezes está associada a visão da mãe ou de outro espírito no microscópio.

Neste contexto, trazemos outro exemplo, o do artigo ‘Tudo muda, nada muda’ (2014) que coloca as implicações do uso das tecnologias da informática sobre o trabalho das mulheres no setor eletrônico, com a análise mais atual de um caso brasileiro, citando uma pesquisa de campo numa fábrica na Região Metropolitana de Campinas, estado de São Paulo. A fábrica é subsidiária de uma multinacional norte-americana que produz aparelhos eletrônicos como celulares, *tablets*, *nextel* e acessórios. O artigo frisa que o trabalho das mulheres não vem sendo enriquecido com a introdução de novas tecnologias e as mulheres empregadas no setor seguem realizando trabalhos manuais e repetitivos, enquanto na maior parte dos casos os homens realizam os trabalhos de supervisão das máquinas. As mulheres são alocadas nestes postos de trabalho por acreditarem que

estas são naturalmente mais delicadas e atenciosas, e portanto mais aptas para este tipo de serviços, apontando para o fato de que o avanço tecnológico não significa uma melhoria na divisão sexual do trabalho industrial. Chama a atenção que a preferência de contratação da fábrica estudada seja a de mulheres casadas ou solteiras com filhos, para evitar o absenteísmo, entretanto não há um espaço de cuidados com crianças e as mulheres devem se organizar para cumprir os turnos de trabalho. Os técnicos eletrônicos são quase sempre homens e as reparadoras quase sempre mulheres, atentando para o fato de que as mulheres tomam postos menos qualificados. Além disso, o artigo aponta que num geral, as mulheres que lá trabalham ganham cerca de 30% menos que os homens. Desta forma, mesmo que as fábricas tragam novas matérias-primas, junto a elas, novas repaginações de velhas formas de dominação e opressão ainda se dão.

Tenho utilizado o conceito – inventado por Rachel Grossman (1980) – de “mulheres no circuito integrado”, para nomear a situação das mulheres em um mundo tão intimamente reestruturado por meio das relações sociais da ciência e da tecnologia. Utilizei a circunlocução “as relações sociais da ciência e da tecnologia” para indicar que não estamos lidando com um determinismo tecnológico, mas com um sistema histórico que depende de relações estruturadas entre as pessoas. Mas a frase deveria também indicar que a ciência e a tecnologia fornecem fontes renovadas de poder, que nós precisamos de fontes renovadas de análise e de ação política (Latour , 1984). (Haraway, 2000, p. 67)

O determinismo tecnológico é uma teoria reducionista que pressupõe que a tecnologia de uma sociedade impulsiona o desenvolvimento de sua estrutura social e valores culturais e assim ignora os contextos e redes de poder relacionadas aos ambientes tecnológicos. Haraway (2000) afirma que já ultrapassamos o momento de um determinismo tecnológico e aponta para uma reestruturação muito mais complexa das relações sociais das mulheres, onde os domínios do público e privado, as dicotomias fábrica e casa, e mercado e casa, assim como as divisões entre pessoal e político, já não são mais suficientes para caracterizar as novas relações.

Se foi, alguma vez, possível caracterizar ideologicamente as vidas das mulheres por meio da distinção entre os domínios público e privado, uma distinção que era sugerida por imagens de uma vida operária dividida entre a fábrica e a casa; de uma vida burguesa dividida entre o mercado e a casa; de uma vida de gênero dividida entre os domínios pessoal e político, não é suficiente, agora, nem mesmo mostrar como ambos os termos dessas dicotomias se constroem mutuamente na prática e na teoria. Prefiro a imagem de uma rede ideológica – o que sugere uma profusão de espaços e identidades e a permeabilidade das fronteiras no corpo pessoal e no corpo político. (Haraway, 2010, p. 76)

Existe uma preocupação de que esta ideia de rede trazida por Haraway (2000) pode evocar tanto uma prática feminista quanto uma estratégia empresarial multinacional, como Federici (2010) apontou em relação a apropriação das noções de *commons* utilizadas por bancos e Estados, retirando nativos das terras e criando espaços onde o acesso só é possível via monetarização ou fica restrito na maior parte do tempo. Haraway (2000, p. 77) coloca então a tarefa de tecer estas redes como primordial, apontando que “se aprendermos a interpretar essas redes de poder e de vida social, poderemos construir novas alianças e novas coalizões”. Mas a autora faz a ressalva de que “o sonho feminista sobre uma linguagem comum, como todos os sonhos sobre uma linguagem que seja perfeitamente verdadeira, sobre uma nomeação perfeitamente fiel da experiência, é um sonho totalizante e imperialista”, que devemos fugir da ideia de se ter uma nomeação em dicotomias e simplificada (Haraway, 2000, p. 83). Desta forma “O importante é a dispersão. A tarefa consiste em sobreviver na diáspora” (idem, p. 77), apontando para uma forma de lidar com as dominações que não seja centralizada e totalitária.

Nesta pesquisa tentaremos entender as redes de dominação associadas aos trabalhos radiofônicos e como as mulheres e sujeitos contra-hegemônicos podem oferecer resistência e subversão destas lógicas. Vemos que as formas de dominação foram repaginadas, mas algumas tendências seguem vigentes, como a manutenção das mulheres nas esferas reprodutivas enquanto os homens ocupam as esferas produtivas. Tentaremos trazer como o objeto técnico que estudamos, a radiodifusão livre e comunitária, está involucrada nestas novas redes de poder e também como podem ser subvertidas estas tendências.

1 ESPECTROS FEMINISTAS

1.0 O Tecnofeminismo

O termo Tecnofeminismo, cunhado pela autora Judy Wacjman, nos parece adequado para pensar as práticas trazidas por esta pesquisa. Trata-se de uma visão sociotécnica que considera que cada tecnologia pode ser fonte de mudanças positivas e/ou negativas na sociedade e trata-se de analisar caso a caso. A autora associa a tecnologia como uma fonte de poder por ser ubíqua na nossa sociedade e aponta para a necessidade que existe de que mulheres tenham acesso a esse poder para diminuir a hierarquia entre gêneros, visto que, segundo a autora, a Ciência e a Tecnologia incorporam valores e como tal, têm a capacidade de incorporar diferentes valores.

Wacjman (2006) vê o Tecnofeminismo como múltiplo e impossível de se caracterizar com apenas uma experiência ou outra. A autora cita as ciberfeministas, as feministas do movimento negro e pós-colonial, e engenheiras, cientistas e trabalhadoras das áreas de exatas num geral, mas o que todas demonstram em comum é uma concepção do Tecnofeminismo abordando a desigualdade e os privilégios masculinos nas áreas das C&Ts. Uma concepção de Tecnofeminismo proposta pela autora indica que as redes sociotécnicas realizam conexões, desde a micropolítica do ativismo local até a macropolítica dos movimentos globais. Wacjman (2006) frisa que o Tecnofeminismo está baseado no reconhecimento de que somente nós mesmas podemos nos libertar, e desta forma aponta para a importância das políticas feministas na área da tecnologia.

Assim situamos nossas práticas a serem apresentadas como práticas do âmbito do Tecnofeminismo apresentado por Wacjman (2006) e pertencentes a um feminismo intimamente conectado com a tecnologia, no caso as tecnologias radiofônicas. A seguir apresentaremos alguns dos argumentos utilizados por Wacjman (2006) para contextualizar o Tecnofeminismo e sua urgência e emergência na atualidade.

Wacjman (2006) faz uma crítica ao manifesto ciborgue de Haraway (2000), utilizando-se do cuidado como um pilar da crítica, oferecendo assim uma via para o Tecnofeminismo “entre o otimismo utópico e o fatalismo pessimista, e entre a contingência cultural e o determinismo social na teoria social” (Wacjman, 2006, p.15). A autora revisita a teoria de Haraway com um olhar pós internet e novas tecnologias. Enxergamos que o Tecnofeminismo pode ser complementar ao manifesto ciborgue e ambos podem caminhar juntos no que tange a amplificar as relações entre mulheres e tecnologias.

A tecnologia como patriarcal

A autora se pergunta em relação à escassez de mulheres nas áreas das C&Ts e investiga as possíveis causas para tal. Seu principal argumento relaciona a tecnologia como uma fonte chave do poder masculino e definidora da noção de masculinidade. Uma forma de determinismo tecnológico relacionado ao gênero. A dominação masculina da tecnologia está assim relacionada à construção social dos gêneros, que reserva aos homens as posições de poder e possibilidades de aprendizado de técnicas consideradas mais valorosas.

Wacjman (2006, p. 21) retoma a citação de Cynthia Cockburn: “A tecnologia é um instrumento de poder” e afirma que é certo que a sociedade se transforma em relação às novas tecnologias, e traz a questão de como se darão as relações de gênero neste contexto, uma vez que dominar a tecnologia de ponta “significa ter uma maior implicação no futuro e assim exercer um maior poder sobre ele” (idem, p. 24). Ela investiga se o problema radica no monopólio dos homens sobre a tecnologia ou se seria a própria tecnologia inerentemente patriarcal. Desta forma, indaga sobre a possibilidade de uma nova tecnologia que abarque as mulheres e sujeitos contra-hegemônicos, indo além da estratégia de igualdade de oportunidades, uma vez que esta estratégia não desafia a divisão sexual do trabalho e não propõe nenhuma mudança na tecnologia – cuja linguagem e simbolismos seguem sendo masculinos e sexistas. Um exemplo de tal abordagem trata das nomenclaturas de conectores de rádio frequência por exemplo, que são diferenciados entre macho e fêmea, sendo o conector macho o que conta com uma protuberância e o conector fêmea o que conta com um orifício. Mas a questão vai além da inclusão de mulheres nas C&Ts e sim como se utilizar das C&Ts com fins emancipatórios, uma vez que estas implicam projetos claramente masculinos, como a autora aponta em relação ao desenvolvimento tecnológico de ponta para servir à guerras, por exemplo.

Neste sentido, se pensarmos que a tecnologia é neutra e autônoma, e que pode ser utilizada para fins perversos – aos modos do determinismo tecnológico – não seremos capazes de ver “as consequências que alguns artefatos tecnológicos que são desenhados e desenvolvidos adotando formas particulares que encarnam as relações de poder entre os gêneros” (Wacjman, 2006, p. 39). Assim, a tecnologia foi considerada uma extensão da dominação patriarcal e capitalista e muitas feministas passaram a encará-la como patriarcal e maligna, como apontamos quando falamos dos posicionamentos de eco feministas totalmente contrárias à tecnologia no capítulo anterior. Sob este ponto de vista

restam então duas possibilidades: a aceitação acrítica das mudanças tecnológicas ou a adaptação defensiva ou recusa aos mesmos. Por isso, preferimos adotar uma outra visão em relação aos artefatos técnicos, trataremos dela a seguir.

A possibilidade de reconfigurar a tecnociência

Atualmente é mais aceita uma visão da sociologia de que artefatos tecnológicos são moldados socialmente, não somente em relação a seu uso, mas também em relação ao desenho e conteúdo técnico. Com esta visão, a ideia de que a tecnologia seja simplesmente um produto técnico e que ela triunfe somente por ser a melhor tecnicamente é descartada. É sabido que existem motivos além dos técnicos responsáveis pelo sucesso e adesão em massa de uma tecnologia, sejam eles de marketing, de mercado, de estética, de usabilidade, entre outros fatores responsáveis pelo sucesso de determinado artefato tecnológico. Wacjman (2006) adota então a ideia de uma rede ou sistema sociotécnico, onde o seu funcionamento no mundo real inclui elementos técnicos, econômicos, empresariais, políticos e inclusive culturais. Apontando como tecnologia e sociedade estão intrinsecamente unidas: “O tecnológico não é um âmbito separado da sociedade, mas bem forma parte daquilo que faz possível a existência de uma sociedade em grande escala” (Wacjman, 2006, p. 63).

Sobre a política dos artefatos técnicos traremos Winner (1980, p. 128), que afirma: “As questões que dividem ou unem as pessoas na sociedade são estabelecidas não somente nas instituições e práticas propriamente políticas, mas também, e de maneira menos óbvia, em arranjos tangíveis de aço e concreto, fios e transistores, porcas e parafusos.” A ideia de que a tecnologia se desenvolve como resultado único de uma dinâmica interna, e em seguida, não mediada por qualquer outra influência, molda a sociedade para se encaixar em seus padrões é uma espécie de determinismo tecnológico ingênuo. Buscaremos contrapontos a esta afirmação pensando jeitos pelos quais tecnologias, moldadas por forças sociais e econômicas, corporificam formas específicas de poder e autoridade (Winner, 1980).

Retomando ao início das tecnologias mecânicas, temos as Megamáquinas, nome dado por Mumford (2002) ao que ele classifica como as primeiras formas de máquina que existiram, entidades coletivas organizadas de maneira altamente sofisticadas capazes de construir arquiteturas cujo virtuosismo técnico é ainda hoje referência, como a Pirâmide

de Quéops. Ainda que a Megamáquina fosse composta basicamente por pessoas e artefatos como rampas e cordas; podemos encontrar algumas características primordiais que se perpetuaram, como estruturas de hierarquização de conhecimentos e monopólio de poder. A Pirâmide de Quéops foi construída ao longo de um período de 10 a 20 anos, em torno de 2560 A.C., inicialmente com 146,5 metros de altura e foi a mais alta estrutura feita pelo homem até 1311 (com a construção Catedral de Lincoln, de 160 m, na Inglaterra). Para operar em tal escala, a Megamáquina era, por natureza, grandiosa e impessoal, deliberadamente desumanizada – com uma forma de controle muito rígida, regimentada por monarquias – ainda que fosse fato de orgulho à época as colossais dimensões humanas (enquanto que as tecnologias mais modernas passaram a se gabar justamente de prescindir dos humanos para realizar suas funções, substituindo-os por componentes mecânicos e eletrônicos). No que se refere a como o conhecimento era tratado – restrito a elite de sacerdotes - Mumford (2002) coloca que os conhecimentos secretos são a chave de todo sistema de controle totalitário, ocultando falhas e imprecisões e gerando assim credibilidade para o monopólio. Vemos assim que desde o princípio das “máquinas”, se tratavam de conhecimentos relacionados a jogos de poder.

Para ver além apenas dos impactos sociais de uma tecnologia e tentar acessar todo seu sistema sociotécnico, é preciso buscar o que há por detrás do artefato técnico e perceber circunstâncias sociais de seu desenvolvimento, implantação e utilização. E observar como “no processo pelo qual decisões estruturais são feitas, diferentes pessoas estão situadas diferentemente e possuem graus desiguais de poder assim como níveis de consciência desiguais” (Winner, 1980, P. 127) e como estas disparidades, de acesso, consciência e poder, se revelam nas construções e usos dos artefatos técnicos.

No senso comum, tecnologias são vistas como ferramentas neutras que podem ser usadas de maneiras boas ou ruins, para fazer bem ou mal, ou algo intermediário. Mas normalmente não paramos para pensar no fato de que um determinado dispositivo pode ter sido desenhado e construído em determinada maneira que produz uma série de consequências lógicas e temporais que são anteriores aos usos para os quais foram professados. (tradução própria, WINNER, 1980, p. 125)

Em alguns casos é mais óbvio que tecnologias podem ser usadas de formas a aumentar o poder, autoridade, e privilégio de uns sobre os outros, como por exemplo o uso da televisão para vender um candidato, ou o jogo de poderes políticos imbricados na criação da bomba atômica. E se a tecnologia pode ser vista como uma relação, a toda relação está imbricada uma ideologia. E como já dissemos no capítulo anterior, não existe

neutralidade. Logo, as categorias de intencional ou não intencional podem ser demasiado simplistas quando se trata de pensar em consequências políticas das tecnologias (Winner, 1980). Um exemplo que transcende a intencionalidade trata das consequências sociais dos projetos de um designer que não considera pessoas com algum tipo de deficiência, e que logo as exclui e faz com que estas não possam ter acessos a lugares e coisas. Ainda que não exista esta intenção direta por parte do designer, o resultado de não enxergar que existem outras perspectivas de mundo além da de si acarretam resultados práticos excludentes. Assimilamos assim que invenções, designs ou arranjos de aparatos e redes tecnológicas específicas ao mesmo tempo em que são maneiras de resolver problemas num determinado local, para um determinado grupo de pessoas; podem ser também formas de se criar problemas para outros locais e pessoas. É possível observar que na arquitetura de cada plataforma tecnológica são favorecidos certos interesses sociais, e que nestes processos, algumas pessoas são delimitadas para receberem um melhor auxílio e atenção que outras (Winner, 1980). Pelo fato da maior parte das tecnologias serem historicamente desenhadas e utilizadas por homens em situação de privilégio, vemos a ocultação de interesses feministas e contra-hegemônicos tanto na ideologização e manufatura quanto no uso das tecnologias.

Relacionamos estes recortes feitos que acabam por favorecer uns em detrimento a outros com as tecnologias de visualização utilizadas por cada segmento, onde:

Os "olhos" disponíveis nas ciências tecnológicas modernas acabam com qualquer ideia da visão como passiva; esses artifícios protéticos nos mostram que todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida. Não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos. (Haraway, 1995, p.21)

Tendo em vista que estas tecnologias de visualização não são passivas e envolvem sistemas de privilégio estrutural, Wacjman (2006) vê como uma necessidade combinar os estudos da tecnologia aos estudos feministas. É preciso assim que sejam incorporadas também para a fabricação e uso das tecnologias a visão feminista evocada, que busca tecnologias que concebam um futuro e não modos de ver que excluem a natureza e grande parte dos seres humanos de suas equações.

1.1 Espectros & Perspectivas

Retomando as teorias das perspectivas colocadas no primeiro capítulo, que defendem que o lugar de onde se vê (e se fala) – a perspectiva – determina nossa visão (e nossa fala) do mundo. O que acontece se trocamos a palavra perspectiva pela palavra espectro? Algo como ‘o espectro de onde se vê (e com o qual cada pessoa se baseia para falar) – determina nossa visão (e fala) do mundo’, também se aplica?

A palavra espectro tem um significado que podemos aproximar ao de perspectiva e inclusive faz alusão a campos ora físicos, ora semânticos. A perspectiva, para a óptica, abarca métodos de representação dos objetos em seus diferentes tamanhos e posições, utilizando de projeções e ilusões para tanto. Já o espectro, como um termo científico, abarca diversos tipos de intervalos, considerando amplitudes ou intensidades, podendo estar associado a frequências de acontecimentos ou sequência de eventos.

Já o espectro eletromagnético é o intervalo completo de todas as possíveis frequências da radiação eletromagnética no ar, desde as ondas de baixa frequência, nossas queridas ondas de rádio, passando pelo espectro visível, a luz; até as de maior frequência como as radioativas ondas gama.

No campo dos significados, utilizamos a palavra espectro para definir uma amostragem e assim, poderemos fazer comparações dentro de determinado parâmetro; quando dizemos espectro biológico, por exemplo, estamos nos referindo aos diferentes níveis de organização onde existe vida: desde moléculas, passando por células, tecidos, órgãos, sistemas, organismos, populações, comunidades, ecossistemas, biomas... até chegar a biosfera. Já a perspectiva trata de definir/explicitar quais são os parâmetros utilizados para avaliar uma situação: sob a perspectiva de uma abelha, por exemplo, o pólen é uma nutritiva refeição, mas pode causar um ataque de asma em pessoas com rinite alérgica. Estas duas instâncias são assim complementares e devem vir juntas: a validação de distintas perspectivas para que se amplie o espectro e assim sejam construídos novos espectros para as perspectivas de outras épocas. Nas palavras de Haraway (1995, P. 24): “Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometem alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação.”

Acesso ao Espectro X Espectro de Acesso

No caso do espectro eletromagnético brasileiro, ele é considerado um bem público de gestão estatal, que é regulamentado e fiscalizado pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Segundo a constituição, seu uso deveria ser dividido em três: privado, público estatal e público não estatal, sendo o último filão meramente ilustrativo na prática. O uso do espectro é feito por via de concessões, sendo estas entregues segundo um jogo político e de poderes controverso, a alternativa dentro de legalidade de uso do espectro sem concessão comercial trata de rádios comunitárias ou licenças para uso experimental do espectro.

O termo rádio comunitária (RadCom), trata de radiodifusão por parte de associações comunitárias registradas em cartório, em FM (Frequência Modulada) de baixa potência (25 W) e/ou raio de 1 km (podendo ser estendido o perímetro do alcance dependendo das especificidades da comunidade) com outorga de 10 anos podendo ser renovada pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)¹⁰.

É possível também conseguir licenças temporárias especiais juntamente à Anatel, no site da agência reguladora constam duas modalidades cabíveis: Autorizações De Uso Temporário Do Espectro¹¹ ou Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais¹². A primeira modalidade, de uso temporário, tem o prazo máximo de vigência de 60 (sessenta) dias não prorrogáveis e se trata de uma autorização que pode ser obtida via *peças físicas ou jurídicas*, em tese, tal licença seria para a cobertura de eventos diversos, incluindo a demonstração de produto emissor de radiofrequências e a visita oficial ao Brasil de autoridades estrangeiras ou embarcações. Já o serviço especial para fins científicos e experimentais é por definição uma modalidade de serviço fixo ou móvel, para uso próprio, utilizada para efetuar experiências que possam contribuir para o progresso da ciência e da técnica em geral. O prazo é previamente determinado porém não é preestabelecido. Esta licença pode ser pleiteada por Universidades e Entidades

¹⁰ Definição da Anatel para o **Serviço de Radiodifusão Comunitária – RadCom** : Radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/legislacao/glossario-anatel?view=faq&catid=18&search=r%C3%A1dio%20comunit%C3%A1ria&faqid=917>. Acesso abril de 2016.

¹¹ Consulte o manual em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=307693&pub=principal&filtro=1&documentoPath=307693.pdf>. Acesso em abril de 2016.

¹² Consulte a norma técnica reguladora em: www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=323289&pub=original&filtro=1&documentoPath=323289.pdf. Acesso em abril de 2016.

Brasileiras com fins científicos ou experimentais para localidades externas às Universidades.

Temos assim poucas possibilidades de acesso ao espectro eletromagnético, sendo para as RadComs uma frequência única para cada cidade e potência máxima de 25 W, independente do tamanho do município ou da densidade populacional. No caso de haver mais de uma rádio por cidade, se elas estiverem num raio de 4 km de aproximação serão concorrentes em editais para rádios comunitárias. Entretanto, sabemos que o que caracteriza uma comunidade, muitas vezes está para além da localização geográfica comum, sendo estas burocracias defasadas para atender os interesses da comunicação comunitária. Já para a alternativa do licenciamento experimental existem muitas burocracias e o tempo de uso é de curta duração.

Assim como a C&T, os meios de comunicação nunca foram neutros, incluindo as pessoas que os fazem, e, para além das possibilidades de objetividade das mensagens; desde a escolha das pautas, dos entrevistados, das fotos, ângulos, de que sujeitos são tidos *experts*... cada tomada de decisão carrega uma visão de mundo que se reproduz. Enzensberger (1970) já tratava de como a mídia em si é inerente à manipulação, não necessariamente num sentido pejorativo, mas no sentido de que se tratam de ações manuais, que serão manipuladas por alguém, indicando já para essa impossibilidade de dissociação entre as mãos de quem faz e o produto final, afinal, por trás de cada câmera, de cada software de edição de áudio, imagem ou vídeo, de cada operador de conteúdo tem mãos – e perspectivas – atuando. E se a falta de equidade social entre homens e mulheres (dentre tantas outras) nunca passou pelas mãos/perspectivas de quem decide, escreve e publica as matérias, elas conseqüentemente ignorarão estes questionamentos tão essenciais. Em outras palavras, o espectro de acesso das corporificações feministas aos meios de comunicação, às tecnologias de se fazer comunicação, aos espaços de decisões e horários expressivos nas programações sempre foi mais restrito, e conseqüentemente se tem um silenciamento das nossas perspectivas. Logo, quais possíveis cruzamentos podemos/devemos fazer entre ‘acesso ao espectro’ e ‘espectro de acesso’?

O ‘acesso ao espectro’ trata das dificuldades encontradas e das barreiras impostas às rádios livres e comunitárias, que não contam com uma parcela do espectro protegida para o uso público não estatal e são assim forçadas à ilegalidade e a burocracia para

poderem existir. Mas dentro deste já escasso ambiente de rádios livres e comunitárias, que lutam para sobreviver na ilegalidade e estão expostas à apreensões e processos judiciais, vemos que o ‘espectro de acesso’ das mulheres e de outras alteridades faz com que o já escasso espectro das rádios livres e comunitárias se torne ainda mais excludente.

É muito sabido e difundido entre comunicadores populares que o espectro eletromagnético brasileiro é um monopólio nas mãos de poucas famílias – e vendo mais de perto, essas são mãos de homens, brancos, na maioria herdeiros e heterossexuais. Mas é possível – e muito necessário – ampliarmos ainda mais esta visão a fim de enxergarmos também a reprodução da disparidade espectral dentro da já tão escassa faixa de frequência das mídias comunitárias e livres; e nos questionarmos quais são as vozes e influências que seguem com pouco, quiçá até nenhum, acesso aos meios comunitários. Assim como se faz necessário minuciar melhor o acesso que corporificações feministas têm aos espaços tecnológicos, desde a idealização, criação, programação e implementação das tecnologias, ao acesso mais geral de dominar o uso de artefatos tecnológicos.

Em outras palavras e longe de uma medida objetiva e quantitativa, a mesma lógica de escassez e finitude do espectro é vista quanto se trata não somente do acesso ao espectro mas do espectro de acesso destas outras perspectivas aos meios de comunicação comunitária e às suas tecnologias. E esta medida se dá por mecanismos de exclusão mais complexos que outorgas de faixas de frequência. Resumindo em uma frase: Qual a porcentagem de ‘corporificações feministas’ vemos ocupando posições de decisão políticas e técnicas da gestão e uso do espectro eletromagnético?

Mulheres como espectros fantasmagóricos na rádiodifusão

Adentrando mais no ‘espectro de acesso’ que as mulheres tem nas rádios livres e comunitárias... escrevi um artigo para a AMARC Brasil onde fazia a pergunta acima e obtive como resposta um e-mail do pesquisador João Paulo Malerba a respeito de uma possível resposta em relação a esta pergunta. Trata-se de uma pesquisa que ele fez em

seu doutorado¹³, estudando o caso de 100 rádios livres e comunitárias de todas as regiões do Brasil, que preencheram um formulário apresentado pelo pesquisador. Com a permissão do autor faremos uma análise dos dados levantados em sua pesquisa.

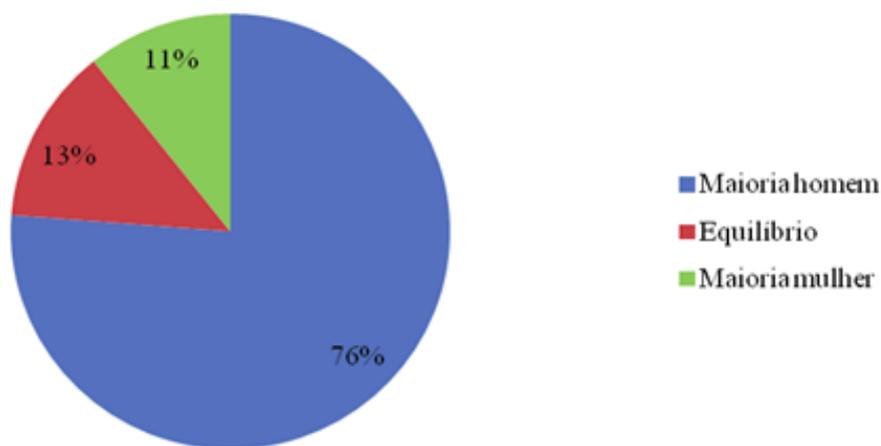
Tabela referente à igualdade de gênero na equipe em geral

Equilíbrio de gênero: equipe geral (dados obtidos a partir do somatório em cada resposta)		
Situação	Porcentagem	Números absolutos
Maioria homem	76,2%	64
Equilíbrio	13,1%	11
Maioria mulher	10,7%	9
Total	100,00%	84*

*Número de respostas válidas

Gráfico referente à igualdade de gênero na equipe em geral

Equilíbrio de gênero: equipe geral



Obs.: Em 27% (23) dos casos o número de homens é mais que o dobro do de mulheres.

¹³ Pesquisa intitulada “Rádios comunitárias no limite: crise na política e disputa pelo comum na era da convergência”. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura, na Escola de Comunicação, UFRJ. Orientada por Raquel Paiva de Araújo Soares.

A partir deste questionário vemos que nas rádios analisadas a maioria da equipe num geral é composta de homens. Pela minha experiência pessoal, também relato que das rádios livres e comunitárias em que estive presente a grande maioria era de homens presentes em todas as funções. Com este dado apontamos para a baixa incidência de mulheres nos ambientes de meios de comunicação livres e comunitários, por serem ambientes masculinos e compostos majoritariamente por homens e não terem nenhum tipo de incentivo especial para a participação de mulheres.

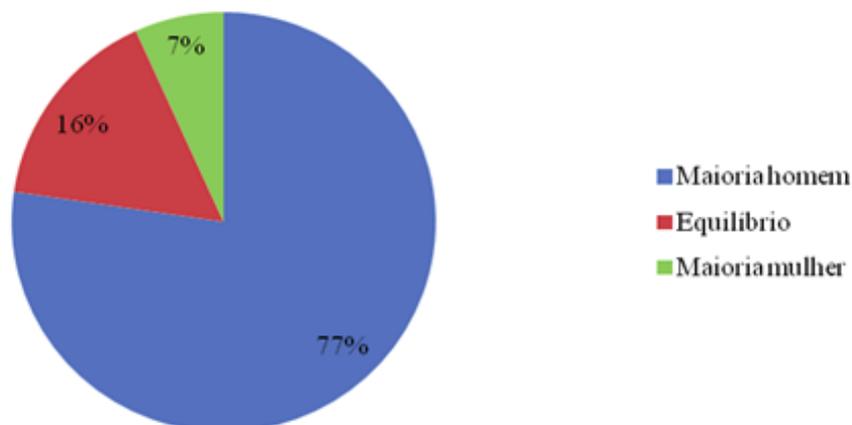
Tabela referente à igualdade de gênero na direção

Equilíbrio de gênero: direção		
Situação	Porcentagem	Números absolutos
Maioria homem	77,3%	34
Equilíbrio	15,9%	7
Maioria mulher	6,8%	3
Total	100,00%	44*

* Total que responderam quanto ao equilíbrio de gênero na direção (respostas válidas)

Gráfico referente à igualdade de gênero na direção

Equilíbrio de gênero: direção



Obs.: Em 64%(28) dos casos o número de homens é mais que o dobro do de mulheres; em

A mesma falta de presença das mulheres se repete na ocupação de cargos de direção, ora, se a maioria da equipe num geral é composta de homens, nos cargos de direção não seria diferente a ocupação majoritária dos mesmos. Além do fato de que é visto na sociedade num geral a dificuldade das mulheres em ocuparem cargos de destaque nos meios que envolvem tecnologias e campos tidos como masculinos. Se já existe uma dificuldade e falta de incentivo em compor a equipe num geral, para os cargos de direção se faz ainda mais difícil que mulheres os ocupem, reafirmando a divisão de gêneros e a histórica posição das mulheres de ocuparem os campos de reprodução e não os de produção.

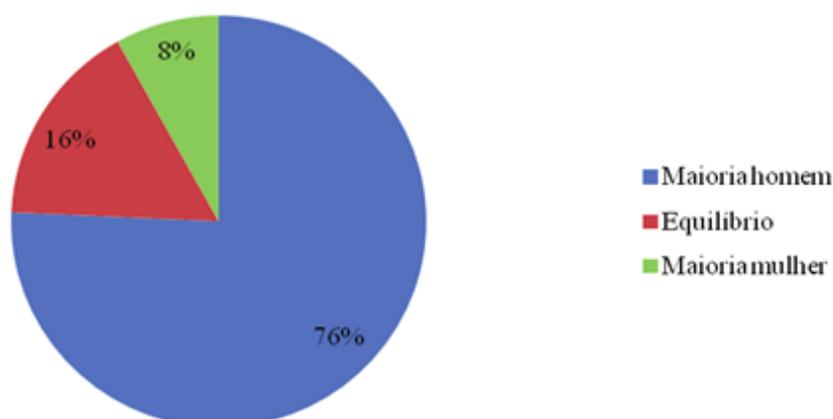
Tabela referente à igualdade de gênero na produção

Equilíbrio de gênero: produção		
Situação	Porcentagem	Números absolutos
Maioria homem	75,7%	28
Equilíbrio	16,2%	6
Maioria mulher	8,1%	3
Total	100,00%	37*

* Total que responderam quanto ao equilíbrio de gênero na produção (respostas válidas)

Gráfico referente à igualdade de gênero na produção

Equilíbrio de gênero: produção



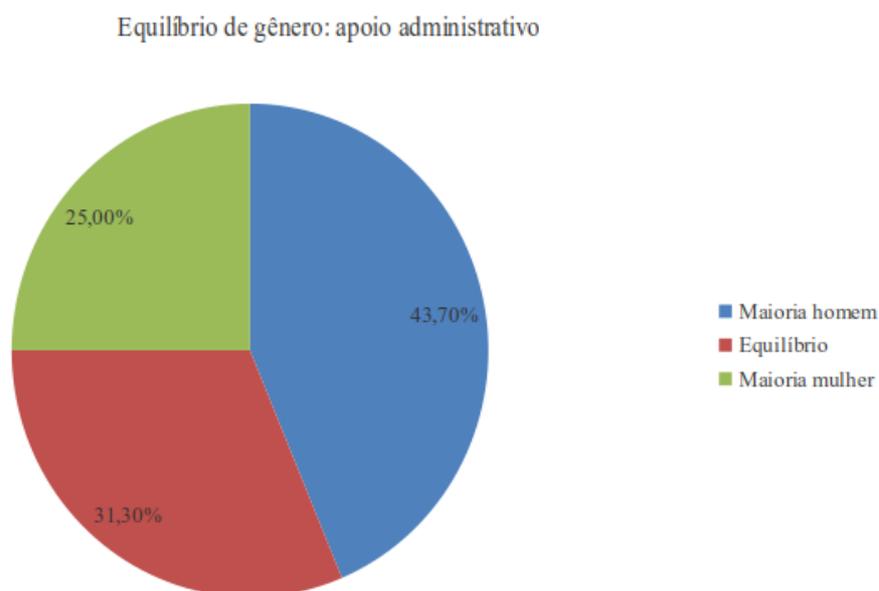
Obs.: Em 54% (20) dos casos o número de homens é mais que o dobro do de mulheres; em 32% (12) dos casos, o número de homens é mais que o triplo do de mulheres.

Novamente se repete os três quartos de ocupação de cargos referentes a maioria de homens, podendo ser possível ver um padrão de ocupação em sua maioria masculina em todos os aspectos que compõe a radiodifusão livre e comunitária. Na esfera da produção o padrão se repete de maioria de homens ocupando os cargos de importância das rádios.

Tabela referente à igualdade de gênero no apoio administrativo

Equilíbrio de gênero: apoio administrativo		
Situação	Porcentagem	Números absolutos
Maioria homem	43,7%	7
Equilíbrio	31,3%	5
Maioria mulher	25,0%	4
Total	100,00%	16*

* Total que responderam quanto ao equilíbrio de gênero no apoio administrativo (respostas válidas)



Esta mudança nos gráficos é compreensível se analisarmos a recorrência de mulheres ocupando os cargos de reprodução e cuidados, pois apoio administrativo se trata de cargos relacionados a secretariado e trabalhos de menos incidência decisória nas rádios comunitárias e livres. Desta forma, vemos que as mulheres que estão presentes nas rádios realizam tarefas menos qualificadas e de menos impacto nas decisões destes espaços, reproduzindo os tradicionais papéis de gênero da sociedade.

A falta de equilíbrio de gênero num geral dentro das rádios comunitárias e livres pode ser entendida como uma reprodução da constante dentro do panorama de falta de equilíbrio de gênero entre as funções tidas como masculinas e femininas em nossa sociedade. Tomando a liberdade de seguir usando metáforas do espectro, vemos as mulheres assim como outro tipo de espectro, o relacionado à mística popular dos fantasmas, ocupando pouco espaço nos meios livres e comunitários e quando ocupam espaços se tratam de espaços marginais e de pouca incidência decisória. Logo, quando temos experiências de mulheres fazendo rádio trata-se de um lugar não comum, que está envolto numa resistência, que rompe barreiras. O protagonismo de mulheres na radiodifusão é assim um espaço marginal e carrega toda a potência da marginalidade sugerida por hooks (1989), que nos serve aqui de referência de práticas tecno feministas.

A emergência do espectro como *commons* feminista

A gestão do espectro eletromagnético no Brasil é feita considerando-o como um bem natural mediado pelo Estado. Lembramos a visão de Haraway (2004) e da Wacjman (2006) na conceitualização de gênero, onde existe a oposição da natureza versus a racionalidade e a cultura, sendo a primeira tida uma esfera feminina e a segunda masculina. Desta forma, a gestão estatal, que favorece a apropriação empresarial do espectro eletromagnético, se traduz em usos predatórios e patriarcais, considerando-o como um bem natural e passível de apropriação e não como um bem comum de uso compartilhado visando a maximização de sua potência humanitária e comunicacional. Lembramos Federici (2010, p. 258): “Está profundamente esculpido em nossa consciência que as mulheres foram designadas como bens comuns dos homens, como uma fonte de riqueza e serviços postos a livre disposição, da mesma maneira que os capitalistas se apropriaram da natureza”. Neste sentido, é possível fazer a comparação de que o uso do espectro é feito sob a mesma lógica de apropriação do que é natural que é feita com os

trabalhos e os corpos das mulheres, enxergando-os como um recurso natural dado a ser explorado. Assim, afirmamos que a gestão do espectro eletromagnético no Brasil é feita de uma maneira machista e patriarcal. Contestamos esta visão e iremos propôr possibilidades de gestão do espectro eletromagnético que se aproximam da ética feminista colocada nesta pesquisa, que contesta a pseudo neutralidade empregada nas tecnologias de rádio, trazendo uma visão do espectro como um bem comum mediado pela tecnologia. Portanto, se faz necessária que a utilização do mesmo se dê ponderando aspectos tecnológicos e culturais, tendo em mente sempre um uso compartilhado, garantindo o acesso a todos. Mas como enxergar o espectro como um bem comum, não passível de dominação patriarcal, de forma que todas as pessoas tenham acesso ao mesmo em equidade?

Na Constituição Brasileira, o artigo 223 versa que “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.” Entretanto é sabido que o modelo triparticional não funciona em equiparidade para as três esferas e a esfera do público não-estatal é praticamente nula. Ao mesmo tempo, a mesma Constituição garante em seu artigo 5 inciso IX que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. O que na prática vemos que não acontece, basta um transmissor sem concessão entrar em operação e ser denunciado que a Anatel faz a apreensão de seus equipamentos em nome da falta de licença para operar. O Código Brasileiro de Telecomunicações (regido pela Lei 4.117) não considera o espectro eletromagnético como um bem comum, a ser usufruído por seus cidadãos e sim como um bem público gerido pelo Estado, o que faz com que seja expropriado como uma potência de extração de recursos financeiros, sendo as empresas privadas de telecomunicações as maiores beneficiadas no uso do mesmo.

Achamos frutífero usar o conceito de *commons* para tratar do uso do espectro eletromagnético, entretanto, achamos necessário estabelecer os princípios que devemos tratá-los, como trazido por Federici (2010), para não incorreremos num modo tradicional de se pensar os bens comuns e naturalizá-los, visão esta que como colocada gera apropriação patriarcal. É necessário que definamos quais os modos e especificidades do bem comum espectro eletromagnético devemos considerar. Federici (2010) desloca a

noção de comum para a construção de sujeitos comuns, afim de resistirem perante os abusos neoliberais e patriarcais. Em suas palavras: “De fato se o “bem comum” tem algum sentido, este deve ser a produção de nós mesmos como sujeito comum” (idem, p. 254).

Podemos classificar os bens comuns tanto como bens de origem da natureza como rios, terras, mares e montanhas, tanto como bens culturais de ordem simbólica como redes de comunicação entre pessoas tais quais o ciberespaço, especificidades culturais de povos e maneiras tradicionais e seculares de se viver que devem ser preservadas. Amadeu (2007, p. 1) traz o conceito dos *commons* a partir da cibercultura, sendo a cultura das redes “*um terreno típico dos commons*”. E faz a sua conceitualização:

Commons pode ser traduzido como comum, produção comum ou espaço comum. Seu significado também comporta a noção de público em oposição ao que é privado. Seu uso evoca ainda a ideia de algo que é feito por todos ou por coletivos e comunidades. Os *commons* pretendem expressar recursos que são comuns. Bens públicos são *commons*. (Amadeu, 2007, p. 1)

O autor aproxima os bens públicos da noção de *commons*, o que em teoria se faz valer mas vimos que na prática do bem comum do espectro radiofônico não acontece, que este bem público é tratado na gestão pelo Estado como bem do Estado, e gerido como bem privado, se aproximando da visão de bens naturais apropriados e se distanciando da noção de bens comuns pertencentes à sociedade e socialmente geridos.

Amadeu (2007) traz também duas visões sobre os *commons*, a do bem comum material, que traz a noção da escassez se visto do ponto de vista do comportamento individual; e do bem comum imaterial, recurso simbólico, que segundo o autor desloca o debate para o campo comunicacional abarcando a lógica da abundância. Nos perguntamos em que esfera devemos então colocar o espectro eletromagnético e com qual destas lógicas nos convém pensar?

Se pensarmos o espectro eletromagnético enquanto um bem comum escasso, aos modos como é visto hoje pelas legislações que o regem no Brasil, nos encontramos em disputas de um bem findável, que deve ser compartilhado mediado pelo Estado através de um sistema de concessões corrupto, repleto de privilégios para grandes empresas e de perseguições para pequenos comunicadores. Entretanto existem tecnologias disponíveis para se pensar o espectro de outro ponto de vista, do compartilhamento

inteligente e mediado pela tecnologia para que haja seu maior aproveitamento, um exemplo de tal uso é através do Rádio Cognitivo, que realoca as transmissões de acordo com a disponibilidade de banda e não mais por frequência fixa, otimizando as transmissões. Outra ferramenta a ser utilizada é a do *Software Defined Radio* (SDR), que faz possível que se transmita um sinal de rádio usando um computador e não mais necessita de um *hardware* específico para transmissão e recepção de ondas de rádio.

Esta lógica da abundância é corroborada pela visão por Wormbs (2011), que trata da peculiaridade do espectro radioelétrico enquanto recurso e bem comum. A autora traz as primeiras discussões sobre o uso do espectro para difusão de emisoras de rádio nos anos de 1920 na Europa e futuramente em outros países do Norte com grande poder aquisitivo, os que estavam presentes nas discussões pela soberania no uso do espectro. A autora traz a visão do princípio da escassez e coloca que ela se dá enquanto o espectro é pensado como estratégia comercial, mas antes mesmo que ele fosse comercializado sua demanda era maior que sua oferta e já havia o que era chamado na época de “caos no éter”, sendo necessária a criação de regimento para o seu uso.

A proposição colocada pela autora é a de se pensar as peculiaridades do espectro radioelétrico como um *commons* mediado pela tecnologia, e, muito embora quase todos os bens comuns sejam em alguma medida mediados pela tecnologia para seu uso, como o cultivo de terras, a irrigação e a gestão da pesca em rios, no caso do espectro radiolétrico ele não é aproveitável para comunicação sem a mediação tecnológica. Outra peculiaridade é o fato de o espectro ser de alcance local em algumas faixas de frequência e global em outras, tendo variações também em relação ao horário do dia em que explorado, além de elementos de diferenciação como topografia e geografia. A última peculiaridade desta proposição é o fato do espectro ser um bem não findável, que enquanto é utilizado demonstra características de um bem comum, entretanto quando não é usado se torna intocado novamente, não destruindo nada que seja da ordem material. Desta forma, a visão colocada para o espectro eletromagnético é a de que ele demonstra propriedades de *commons* somente enquanto está sendo utilizado (Wormbs, 2011).

Pensamos que as reflexões acima colocadas abrem espaço para pensarmos a emergência de novas perspectivas para o uso do espectro eletromagnético enquanto um bem comum, mas um *commons* bem específico, com suas peculiaridades. E embora a gestão do espectro seja feita hoje de forma muito predatória, felizmente este cenário pode

ser revertido por uma nova gestão e usos mais compartilhados, uma vez que o espectro é um bem que se não se exaure com o uso.

Na América Latina vimos surgir a ideia de Espectro Livre, baseada numa visão por parte de apoiadores das rádios livres do chamado *Open Spectrum*, movimento que sugere que a tecnologia pode reduzir ou mesmo eliminar a necessidade de os governos micro-gerenciarem as comunicações sem fio, podendo ocorrer assim a venda de frequência direta. Entretanto, o modelo brasileiro do espectro livre vai além da desburocratização e das questões de mercado e aposta na entrada da liberdade de expressão e de comunicação no gerenciamento do espectro. O Espectro Livre é um conceito em construção e atual e podemos ampliá-lo pensando que o espectro que queremos deve ser livre para exploração além do mercado e da burocratização governamental, mas também livre de gestão patriarcal e de hierarquias de gênero. E se tivermos faixas de frequência de uso compartilhado a nossa disposição, não mediadas pelos Estados e nem mercados, instituições historicamente patriarcais, é mais possível que possamos ter um espectro mais liberto de machismos e desigualdades de gênero.

Assim, a adesão de parte do espectro radiofônico na lógica do Espectro Livre nos proveria de uma faixa de frequência para uso compartilhado e auto-gerido, mediante somente uma licença e não as obsoletas e viciadas concessões, facilitando o acesso ao espectro para milhares de pessoas que historicamente foram excluídas dos meios de comunicação tradicionais. Com o Espectro Livre abrimos a possibilidade de mais mulheres e sujeitos contra-hegemônicos microgerenciarem uma pequena faixa do Espectro para diversas funcionalidades: seja para a criação de mídias como Rádio e Tv comunitárias e livres; seja para redes autônomas em malha - conectadas à internet ou não - que ajudariam a conectar lugares onde os provedores comerciais não chegam ou são insuficientes; e ainda para criar redes de telefonia autônomas, fugindo das taxas abusivas e cobrindo locais onde não há rede de telefonia. Desta forma, a proposta do Espectro Livre garantiria parte do uso público não-estatal que consta na constituição e além disso, permitiria que esse uso se desse de maneira menos hierárquica e patriarcal.

2 EXPERIÊNCIAS FEMINISTAS DE RADIODIFUSÃO

As rádios livres representam, antes de qualquer outra coisa, uma utopia concreta (...) Trata-se de um instrumento de experimentação de novas modalidades de democracia, uma democracia que seja capaz de tolerar a expressão das singularidades sociais e individuais, mas também de encorajar sua expressão, de lhes dar a devida importância no campo social global. Isso quer dizer que as rádios livres não são nada em si mesmas. (Guattari, 1986, prefácio de Reforma Agrária no Ar)

Falamos nesta pesquisa de formas de se observar e atuar no espectro eletromagnético que sejam feministas, que proponham a construção coletiva de um projeto de sociedade mais igualitária e que atentem para um futuro e não que sejam apropriações predatórias dos recursos naturais e humanos, principalmente os que envolvem processos tecnológicos. Desta forma acreditamos ser interessante trazermos as experiências vivenciadas ligadas ao tema ao longo da minha trajetória pessoal, para contextualizarmos e ao mesmo tempo ilustrarmos os interesses e práticas em que se ancoram esta pesquisa. Iniciaremos pelos primeiros contatos que tive com mídias livres, rádio e tv, e o programa de rádio feminista que durou 4 anos na Rádio Muda, a ZAFT, em Campinas, São Paulo. Em seguida, a experiência de um mutirão para a construção de 20 transmissores de baixa potência que aconteceu também em Campinas, na Casa de Cultura Tainã, onde nasceu a FMea, uma proposta de rádio livre feminista. Na sequência, relatarei a experiência que tivemos da Rádio Concha e de uma rede GSM (de celular) autônoma no encontro feminista internacional AWID 2016, na Bahia. Finalizo com as experiências mais recentes de oficinas de programas de rádio feminista juntamente a mulheres indígenas de diferentes etnias, no sul da Bahia, que fazem parte da rede Pelas Mulheres Indígenas, coordenada pela ONG Thydewá.

Como as seguintes experiências são pessoais, tomo a liberdade de relatá-las em primeira pessoa. Resolvi relatar estas experiências pessoais, que até então para mim nunca fizeram parte do âmbito acadêmico formalmente, por incentivo de muitas pessoas queridas e conversas frutíferas, onde fui me dando conta de que a experiência e o coração tem um papel fundamental nas minhas buscas por teorias e conceitos, sendo a frase: “O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular” (Haraway, 1995, p. 33), cada vez mais presente e significativa neste contexto.

Além disso, com base na bibliografia e nos conceitos trazidos de se situar os conhecimentos e da valorização das Epistemologias Feministas, se fazia necessário trazer a fonte das experiências que acabaram por gerar os interesses acadêmicos pela Objetividade Feminista. Assim, as teorias exigiram que fossem colocadas também experiências para completá-las, valorizando a experiência como via de produção acadêmica. Trazemos a noção de Tecnofeminismo não como algo incorpóreo, mas como a necessidade de se nomear práticas correntes.

2.0 ZAFT | Zona Autônoma Feminista Temporária

Contextualização

Meu envolvimento com rádios livres começou antes de entrar na universidade, quando numa visita ao Rio de Janeiro visitei a rádio IP, que então ficava na Rua Joaquim Silva, na Lapa. O clima de liberdade me instigou a querer saber mais sobre rádios livres. Na visita, estava com um amigo que conhecia pessoas e entramos pela porta da frente quando após um assovio um cestinho com uma chave chegou até nós aos poucos pela janela do terceiro andar, abrimos a porta e entramos. Quando chegamos havia um afobamento pois a Rádio Livre Filha da Muda, em Rio Branco, no Acre, acabava de ter sido invadida pela polícia e fechada, no vídeo um programador da rádio narrava ao vivo a ação da polícia e falava sobre a perseguição aos meios de comunicação livres e comunitários. A visita me fez muito bem, me lembro de na mesma viagem ter tido também contato inicial com software livre e a ideologia de meios livres, e todo o universo da autonomia em relação aos meios técnicos e de comunicação me instigaram muito.

Na época eu morava em São Paulo e voltei para cidade para prestar vestibular, prestei universidades públicas em Campinas e em São Paulo, e ao passar em ambas as cidades lembro que algo que me motivou a mudar para Campinas foi saber que lá existia uma TV livre, e como eu era cinéfila e então estudante de um curso livre de cinema, a ideia de uma TV autônoma me despertou muito. Em Campinas conheci a TV piolho e a Rádio Muda. A primeira vez que conheci a rádio tocava o programa A Mulher do Malandro, do professor de sociologia Sérgio Silva, o programa tocava sambas e sempre homenageava alguma mulher.

Comecei a fazer um programa na TV piolho, em 2008, onde eu passava filmes e falava sobre eles no microfone, e, como tinha vergonha de aparecer diante das câmeras colocava o exoesqueleto de uma cigarra com a minha voz ao fundo, como se fosse ela a narradora do programa. Fiz o programa da cigarra, que nunca chegou a ter um nome, durante um ano, período no qual também frequentava os programas coletivos semanais da TV. Dentro da grade de programação da TV Piolho tinha programas de cinema, de culinária, de humor, de arte, de fantoches, de documentários e todos com um clima de muita contestação social e política. Filmes e entrevistas de Glauber Rocha eram comuns.

Na época eu passei a frequentar os ambientes da TV Piolho e da Rádio Muda e me lembro de ter tido contato com um fanzine pela primeira vez na Rádio Muda e desde então passei a confeccioná-los coletivamente. Um fanzine é uma publicação independente de baixo custo e fácil reprodução, com conteúdo autoral e/ou recortado de outras fontes, com montagens e sempre posicionamentos políticos muito marcantes.



Figura 2: Fanzines da Rádio Muda. Produção coletiva. Acervo pessoal.

A TV Piolho funcionou em três locais distintos da moradia estudantil da Unicamp e em 2009 foi expulsa de um dos estúdios por Luis Antonio Viotto, professor da área de Engenharia de Alimentos e então diretor da moradia estudantil conhecido por políticas truculentas. A alegação era de que o espaço deveria ser usado para salas de estudos. A

então sala ficava ao lado do laboratório de fotografia, que não era usado. Materiais de estúdio foram atirados pela janela – o estúdio ficava no segundo andar – e alguns outros que eram patrimoniados e doados para a TV foram confiscados. Devido às políticas controversas do Sr. Viotto, a moradia estudantil teve a sala da direção ocupada e uma rádio livre funcionou lá por algum tempo, a Rádio Buda, em 100.1 FM livre. Reavimos os equipamentos porém sem um local para poder exercer a atividade a TV parou de transmitir.

Então eu já imersa no ambiente das comunicações livres, comecei com alguns programas sem sucesso na Rádio Muda e logo com o programa Na Contramão, que primeiramente ia ao ar nas quartas-feiras e logo passou para as sextas-feiras à noite, um dos horários mais disputados. Após pouco mais de um ano naquele programa conheci outra programadora mulher que havia na rádio e idealizamos um programa feminista.

Figura 3: Foto do estúdio da Rádio Muda, localizado na base de uma caixa d'água de 50 metros, dentro do campus da Unicamp, em Campinas, SP. Fonte: Ricardo Saffi Marques.

A ZAFT

Iniciamos com a Zona Autônoma Feminina Temporária em 2011 e seguimos com ela até 2014, quando me mudei para o Rio de Janeiro, onde a programa continuou por mais pelo menos seis meses, já com o nome de Zona Autônoma Feminista Temporária, na Rádio Interferência, alocada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, campus da Praia Vermelha.

O programa teve início junto ao nosso envolvimento com a Marcha das Vadias Campinas, que surgiu em sintonia com a mobilização internacional das *Slutwalks*. Em 2011, no Canadá, ocorreu pela primeira vez uma *Slutwalk*, chamada no Brasil de Marcha das Vadias, a manifestação tomou corpo devido a afirmação, por parte de um policial palestrando numa universidade sobre um estupro que aconteceu dentro do campus, de que as mulheres deveriam parar de se vestirem como vadias se não quisessem ser estupradas. Então milhares de mulheres foram às ruas, se vestindo como ‘vadias’ (o que no imaginário popular é se vestir com roupas curtas e sensuais) para se manifestarem afirmando que não interessa a roupa que estivessem vestindo: sim é sim e não é não.

Figura 4: Cartaz Não É Não, da primeira Marcha das Vadias em Campinas, confecção própria. Campinas, 2011.

O distrito em que eu morava na época, Barão Geraldo, estava com alarmantes taxas de assédio sexual e estupro e fui chamada por um grupo de mulheres para compor a organização da Marcha das Vadias de Campinas. Naquele momento, várias cidades do Brasil estavam se organizando para fazerem também a Marcha das Vadias. Então organizamos a Marcha das Vadias de Campinas, em 2011, e a partir desta organização e junção de mulheres, aprendi o que era feminismo e tive contato com muitas das demandas dos movimentos de mulheres e seu histórico. Nas reuniões e atividades da Coletiva das Vadias de Campinas, tive contato com outras organizações feministas da cidade de Campinas, como as Promotoras Legais Populares, o Sindicato das Domésticas e a Associação Mulheres Guerreiras (de profissionais do sexo). Lembro-me que numa primeira reunião de organização da Marcha das Vadias fomos questionadas em relação ao nome da manifestação e dos porquês de se utilizar um termo utilizado para opressão das mulheres como título de uma manifestação de liberdade das mulheres. Magali Mendes, uma militante negra com muita história na cidade de Campinas, também nos questionou sobre o período de duração de nosso ativismo, questionando que nós como mulheres brancas e universitárias tínhamos prazo de validade no nosso ativismo e acabaríamos por nos aproveitarmos da experiência das mulheres mais velhas, sem darmos nada em contrapartida. Essa afirmação nos fez pensar muito e moldou nosso ativismo, que acabou se construindo de forma intrínseca ao movimento feminista já existente na cidade, numa construção coletiva, aliada aos movimentos sociais e populares. Logo, nos focamos nas datas já específicas dos feminismos, como o 8 de março (Dia Internacional das Mulheres), o 25 de novembro (Dia Internacional do Combate à Violência Contra a Mulher) e o 28 de setembro (Dia Mundial pela Descriminalização do Aborto) em vez de criarmos marchas desconectadas da agenda feminista histórica, pois sempre tivemos a preocupação de não realizarmos nada sozinhas e contamos com o apoio, parceria e acolhimento das mulheres mais velhas. Algum tempo depois, numa outra ação organizada pela Marcha das Vadias Campinas, o encontro Autonomia no Combate à Violência Contra a Mulher, ouvimos da mesma ativista que tínhamos que parar de nos desculparmos por sermos brancas universitárias já que fazíamos um trabalho consistente na cidade. Este episódio ilustra as interseccionalidades presentes nos movimentos sociais feministas e como o respeito mútuo e cuidado são necessários quando se trata de se relacionar com os diversos feminismos.



Figura 5: Cartaz evento Autonomia no Combate À Violência Contra a Mulher, Campinas, SP. Arte própria.

Concomitantemente com a nossa entrada na Coletiva das Vadias de Campinas, grupo de mulheres que organizou a Marcha das Vadias e muitas outras atividades feministas na cidade, eu (Buce) e minha companheira da ZAFT (Tuda) criamos o programa Zona Autônoma Feminina Temporária, em 2011. Na época ainda nos sentíamos receosas por não compreendermos realmente o significado do feminismo, mas com o ativismo e a convivência com outras mulheres entendemos que feminismo se trata da luta pela igualdade de direitos e pelo respeito a diversidade e nos apropriamos do termo. Assim, em algum momento que não consigo precisar passamos a utilizar o termo Zona Autônoma Feminista Temporária. As ZAFTs eram espaços de extrema autonomia feminina e muito frequentadas pelas mulheres da Coletiva das Vadias de Campinas, a programa tinha uma pretensão de divulgar conteúdos artísticos e políticos feitos por mulheres ou que tratassem da questão da autonomia das mulheres. Desta maneira, as músicas para tocarem no nosso programa tinham que ter ao menos uma mulher na banda ou falarem de autonomia das mulheres. Com frequência líamos poemas e manifestos feministas, como o manifesto Riot Grrrl – das bandas Bikini Kill, L7, Hole, Breeders, Le Tigre, entre outras – que foi parte de um movimento criado por feministas norte-americanas na década de 90 e tinha como intenção informar as mulheres de seus direitos e incentivá-las a reivindicá-los através do punk rock e de fanzines. O gênero musical riot grrrls apareceu

como resposta as atitudes machistas punks. Iniciamos com o punk rock feminista mas fomos encampando diversos gêneros musicais e músicas feministas que falavam sobre direitos das mulheres como Violeta Parra, Mercedes Sosa, Liliana Felipe, Blondie, Madonna, e o movimento hiphop de Dina Di, Ana Tijoux, Krudas Kubensis, dentre muitas outras referências musicais. O espaço do programa passou a ser um espaço também propício para reuniões informais da Coletiva das Vadias, e lançávamos áudios e fanzines relacionados à temática feminista, muitas vezes confeccionados durante o programa.

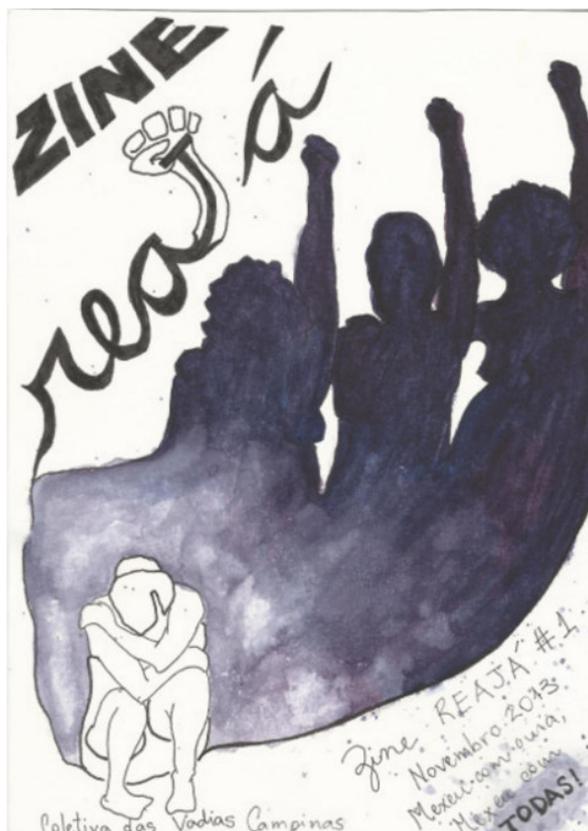


Figura 6: Capa do fanzine Reajá, que posteriormente se tornou a logo da Coletiva das Vadias de Campinas, arte própria.

Da parceria com as PLPs nasceu um quadro dentro da ZAFT chamado de Eu repórter de mim mesma, onde Magali Mendes e Nil Sena entrevistavam mulheres diversas da cidade de Campinas. Dentre as entrevistadas estavam líderes comunitárias da cidade de Campinas, musicistas, assistentes sociais, *rappers* e educadoras. A duração variava entre 20 minutos e meia hora e elas gravavam as entrevistas com o celular ou gravador convencional e nos passavam os áudios para que fossem ao ar, a parceria durou mais ou menos seis meses. E as autoras do Eu Repórter de Mim Mesma estiveram

presentes nos estúdios da Rádio Muda fazendo entrevistas pessoalmente em duas ocasiões. Era muito interessante ver duas mulheres não jovens gravando os áudios independente das condições que se encontrassem. Lembro-me de um relato de Magali Mendes dizendo que ela se sacrificou para poder pagar as prestações de um computador e uma vez que o computador chegou à casa os filhos e netos se apossaram dele e não tinham paciência para ensiná-la a manusear a máquina. Desta forma, era especialmente motivante ver as duas sempre nos trazendo áudios gravados, que após uma edição muito sutil, iam ao ar. Reiterando que a relação das mulheres com as máquinas é na maior parte das vezes mais conturbada e menos confortável.

A ZAFT tinha como missão fortalecer as mulheres também para o prazer sexual, visto que em nossa sociedade a sexualidade feminina é reprimida e invisibilizada. Quase não existe educação sexual, sendo que na escola a única menção ao sexo é biológica, ligada à reprodução e prevenção de DSTs. Haraway (2000, p. 45) fala da necessidade de novas relações com o prazer em nossa sociedade: “Mas uma mudança ligeiramente perversa de perspectiva pode nos capacitar, de uma forma melhor, para a luta por outros significados, bem como para outras formas de poder e prazer em sociedades tecnologicamente mediadas”. Falávamos, durante os programas, do prazer feminino e de sua importância no processo de emancipação das mulheres e propúnhamos em todo programa que as mulheres gozassem, dando dicas de masturbação e estimulando as ouvintes a terem um maior contato com seus corpos e mentes de forma a terem mais autonomia sexual. Pois conhecendo nossos corpos e tendo prazer nos tornamos mais confiantes em nós mesmas, percebendo a possibilidade da autonomia e fortalecendo a autoestima, o que pode evitar relacionamentos opressivos. Falávamos também de vibradores e dispositivos tecnológicos para se obter prazer, assim como da importância de se respeitar mais nas relações sexuais com parceiros e parceiras, sempre de uma perspectiva de que a mulher é dona de seu corpo e logo a única a saber o que, como e quando fazer dele, sempre na base do consentimento e da libertação de valores castradores. Uma frase constante era: “Abram suas mentes, pernas e corações, a nossa Zona Autônoma Feminista Temporária está no ar, é hora de gozar!”.

É claro que nos deparávamos com o machismo da sociedade reproduzido no espaço da rádio, onde os homens detinham mais poder de fala e eram mais responsáveis pela manutenção técnica. Porém fazíamos um esforço para recebermos entre mulheres as novas programadoras da rádio. Por entendermos que as mulheres têm menos contato e mais estranheza em relação a equipamentos técnicos e que muitas vezes os homens

não davam a devida atenção ao treinamento das mulheres, ora tentando se sobressair em relação aos equipamentos, ora menosprezando dúvidas femininas, logo, nós fazíamos questão de dar o treinamento em relação aos equipamentos para as novas programadoras. Além disso fazíamos questão também de nos envolvermos em atividades de manutenção dos equipamentos, por entendermos que estes ambientes carecem de mulheres nestas funções. Lembro-me de ter ouvido uma programadora comentar que demorou a se aproximar da rádio pois entendia que o ambiente era muito masculino, inclusive em sua estética, e que isso a faz pensar duas vezes antes de se aproximar do coletivo. Vale ressaltar que a organização da Rádio Muda sempre se deu de forma horizontal, sem lideranças e as decisões coletivas, que buscavam sempre o consenso, eram soberanas.

O espaço da ZAFT era uma zona segura, onde os homens eram permitidos somente em algumas ocasiões pois ali eram muitas vezes discutidas questões que necessitavam de um espaço acolhedor e somente de mulheres para que os relatos pudessem vir à tona. Como a Rádio Muda era um espaço muito frequentado por diversas pessoas e a maior parte delas homens, mais de uma vez tivemos presenças desagradáveis de homens: ou querendo tomar a fala de mulheres ou desrespeitando as colocações. Desta forma, preferíamos manter um ambiente somente composto por mulheres na maior parte do tempo, para evitarmos o constrangimento de ter que pedir para se retirarem.

Cabe colocar que existem outras experiências de programas feministas em meios livres no Brasil e no mundo, na Rádio Muda mesmo já houve outros programas feministas – ainda que não necessariamente autodeclarados como feministas – como o programa Menstruação, o Na Pressão e o Balbucia, que aconteciam na mesma época que a ZAFT. Previamente à ZAFT houve o programa Cilibrinhas, que também tinha uma proposta de colocar sons de mulheres e bandas feministas. Temos conhecimento também de programas de rádio livres feministas na Espanha: o programa Enredadas, na Rádio Malva, em Sevilla, e os programas Las Violetas de Bronka, echando leña al fuego e o programa Rebeldes Sin Sombra, ambos da rádio Bronka, em Barcelona. Em todos estes programas sempre existe a narrativa de que são espaços de resistência em ambientes masculinos, reforçando a percepção da ZAFT. O ambiente da Rádio Muda nunca foi deliberadamente machista mas as referências tanto técnicas como de programas eram majoritariamente masculinas e as mulheres presentes na rádio muitas vezes sentiam dificuldades em que suas vozes e desejos fossem ouvidos, por se tratar de um espaço

que acabava por reproduzir a sociedade, ainda que com premissas libertárias. Aos poucos, por iniciativa das programadoras mulheres presentes, as ideias dos feminismos e a necessidade de se ter um local livre de opressões machistas foram mais ouvidas, entretanto o espaço da programação e da técnica segue sendo majoritariamente masculino.

No Rio de Janeiro, na Rádio Livre Interferência, a ZAFT teve outro corpo, pois ali os questionamentos feministas ainda não tinham se dado de maneira tão forte, então o trabalho foi mais de apresentar o feminismo para jovens mulheres. A parceira de programa da Interferência era a Eta, e esta parceria futuramente engendrou a FMea, a construção da transmissora feminista a ser relatada. Os programas na Interferência se deram de forma muito natural, com as jovens mulheres se descobrindo feministas e questionando situações machistas dentro do âmbito pessoal e público, o assédio na rua, no trabalho e no meio acadêmico, a sexualidade feminina, o direito ao aborto, entre outras pautas feministas. No começo éramos somente nós duas e mais uma ou duas mulheres, mas logo a sala começou a se encher de mulheres que se conectavam com nossas palavras e no final as programações passaram a ser grandes debates calorosos de jovens mulheres interrompidos somente por músicas e poesias, seguindo a linha de visibilizar a produção musical e artística de mulheres. A atuação lá foi muito importante também para os jovens do sexo masculino, que se politizaram mais a respeito dos feminismos e se abriram para o auto questionamento, colaborando também em discussões. Não havia a necessidade de um local seguro somente de mulheres pois o clima lá era de bastante respeito e colaboração, respeitando a fala das mulheres e os depoimentos pessoais.

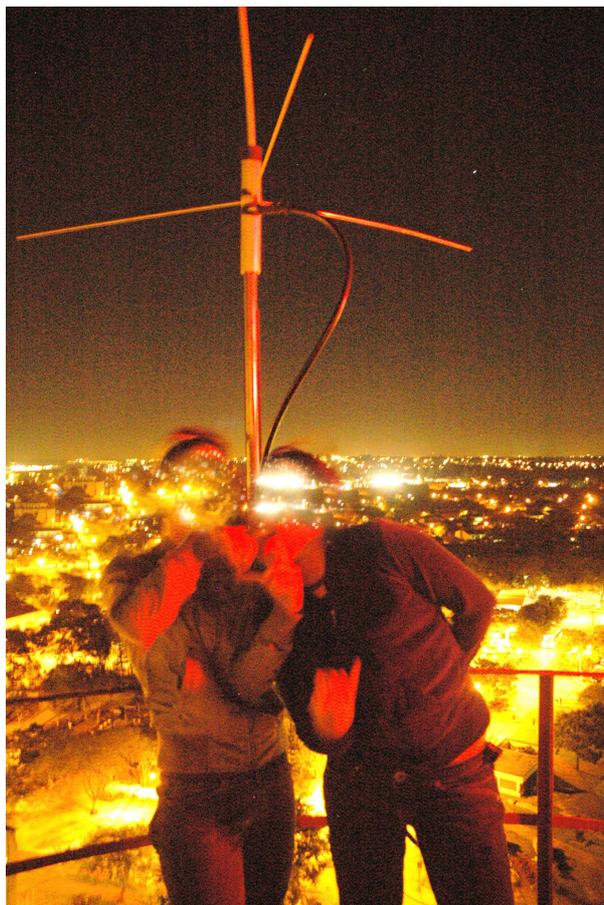


Figura 7: Visita a antena da Rádio Muda. Acervo pessoal.



Figura 8: Alguma ZAFT acontecendo nos estúdios da Rádio Muda. Acervo pessoal.

Perseguições à Rádio Muda

A Rádio Muda é uma Rádio Livre com algumas décadas de história (30 anos segundo história oral e radiodifundida) e que já foi alvo de algumas perseguições por parte da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Em um vídeo após a tentativa de apreensão de equipamentos e fechamento da rádio em 2011¹⁴, o placar era 3 x 1 para rádio muda, mas nos últimos 5 anos, as perseguições se intensificaram e ganharam apoio de alguns segmentos da universidade, o que acabou levando a um infeliz empate no placar.

Em uma recorrida ao site¹⁵, contabilizamos 6 investidas da Anatel desde 2001, a saber foram 3 visitas sem apreensão por conta da resistência de mudeiros(as) e apoiadores: em setembro de 2001, em outubro de 2002 e em setembro de 2011 (esta última engendrou o evento ESC | Espectro Comunicação e Sociedade, um espaço onde estiveram presentes representantes da academia, do ativismo radiofônico, da Anatel, do poder judiciário, entre outros). E 3 exitosas por parte da repressão da Anatel: fevereiro de 2009, dezembro de 2012 e fevereiro de 2014. Alguns fatos relevantes podem ser retirados destes dados: notem que todas as investidas exitosas por parte da polícia federal e da Anatel ocorreram em férias escolares e se observarmos mais atentamente, em finais de semana, quando o campus – devido a falta de políticas culturais e de ocupação do espaço da universidade enquanto espaço público – está vazio e se torna ambiente inóspito. Tivemos acesso a um documento onde havia a instrução de que a aproximação em relação à rádio fosse justamente em períodos onde não houvessem pessoas, sorrateiramente na madrugada, a fim de que não houvesse nenhum tipo de manifestação popular por parte dos apoiadores da rádio – vistos pelo MP nesta carta como perigosos.

¹⁴ Assista o vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=OgJa4M4pWac>. Acessado em junho de 2016.

¹⁵ Muda.radiolivre.org



Figura 9: Foto do G1 sobre ocupação de retomada dos estúdios da Rádio Muda, fevereiro de 2014.

E finalmente, a última investida em fevereiro de 2014, aconteceu num domingo 6 da manhã. A ofensiva foi tamanha que nem a porta de metal sobrou, nem lâmpadas, móveis, divisórias... e a base da caixa d'água foi precariamente ocupada (sem energia elétrica e nem cadeiras) por parte de seguranças do campus, junto a uma placa exposta do lado de fora assegurando que aquele espaço seria da 'segurança do campus' que posteriormente foi substituída pelos dizeres 'liberdade no campus'.

Assim, houve uma tentativa de invisibilizar as muitas potências sociais que afloram pelos ares e arredores da rádio muda: rádio arte e resistências, múltiplos feminismos, movimentos antimanicomiais, programas de arte e cultura que não estão na grande mídia, futebol para além dos jogos comerciais, cinema, lutas trabalhistas, questões raciais e de diversidade de gênero e sexual, dentre tantas... Mas a muda logo voltou, a caixa d'água foi reocupada dias depois da ofensiva e manteve uma ocupação que durou algumas semanas, voltando a funcionar de forma autônoma.

Mais de um ano e meio depois, no início de outubro de 2015, algumas pessoas começaram a receber em suas casas agentes federais com processos civis com seus nomes, ao total foram 6 indiciados pelo crime de rádio difusão ilegal. A penalidade do processo consiste em uma multa pessoal para cada um de mil reais ao dia de transmissão desde a última apreensão (conforme registrada acima, fevereiro de 2014) e além disso uma indenização por danos morais a pessoa jurídica da Anatel.

Os argumentos são velhos, bem difundidos e embasados em preceitos científicos direcionados para os interesses do mercado de telecomunicações: o mito da interferência¹⁶ nas comunicações aéreas, do espectro como um bem do estado e não comum e do princípio de sua escassez. A interferência aérea trata-se de um mito pois ainda que as comunicações aéreas também ocupem a faixa de frequência VHF (*Very High Frequency*), que vai de 30 a 300 MHz, a rádio FM (Frequência Modulada) ocupa de 88 a 108 MHz e as comunicações aéreas e de aeronave para aeronave ocupam o espectro após as FMs. Além disso, as rádios livres operam com baixa potência, de 10 W a 150 W em média, logo se houver algum tipo de interferência, esta se dá pelas rádios que operam com alta potência, de mais de 1 KW, que são as rádios comerciais.

Em uma pesquisa recente feita a Anatel através do portal da Lei de Acesso À Informação, descobrimos que a Rádio Muda é uma dentro de 7.675 rádios que tiveram seus equipamentos apreendidos nos últimos dez anos (01/06/2006 a 13/06/2016). Fazendo as contas, quase 2 rádios fechadas por dia! Desse total, foram interrompidas 3.053 entidades que operavam com potência abaixo de 25 Watts, 3.392 entidades que operavam com potência acima de 25 Watts e 1.230 entidades sem registro de potência. Vale ressaltar que são justamente as emissoras comerciais (que frequentemente operam com outorgas vencidas e portanto na ilegalidade) que fazem denúncias a respeito de rádios livres e comunitárias, na tentativa de barrar qualquer tipo de comunicação popular, que é vista como uma ameaça a soberania da grande mídia. No caso da Rádio Muda e de outras rádios comunitárias do estado de São Paulo, a denúncia parte da AESP (Associação das Emissoras Rádio e Televisão do Estado de São Paulo).

¹⁶ Argumentos que desmistificam o mito da interferência estão disponíveis em (acesso julho de 2016): <http://muda.radiolivre.org/node/306> e são amplamente discutidas pelo cientista do CpqD Marcus Manhães em Desmistificando as Interferências de radiodifusão FM em Comunicações Aeronáuticas (30/11/2006). Disponível em: <http://www.fndc.org.br/download/65279-desmitificando-as-interferencias-de-radiodifusao-fm-em-comunicacoes-aeronauticas/documentos/114106/arquivo/interferencia.pdf>. (Acesso em julho de 2016).

Em fevereiro de 2017 o prazo da defesa do processo começou a valer e foi preciso que os 6 indiciados respondessem às acusações de ráiodifusão ilegais feitas pela Polícia Federal sob os comandos da Anatel. O processo segue correndo com a apresentação da defesa por parte dos acusados.

2.1 Relato FMea

A FMea é uma transmissora feminista, é uma ideia, é um dispositivo de amplificação de vozes, é uma delícia, é uma arma de sobrevivência, é empoderadora...

Em setembro de 2015 ajudei a organizar uma oficina de construção de transmissores FM de baixa potência a partir de equipamentos de baixo custo e metarreciclagem; todos os equipamentos foram feitos a muitas mãos, mas a FMea especificamente passou mais por mãos femininas (dentre elas as minhas). Nasceu como uma ideia feminista de mais autonomia para se propagar conteúdo, tendo um transmissor que pudesse circular livremente, um projeto novo, desvinculado de qualquer universidade ou instituição formal e que pudesse dar mais conforto para corporificações feministas dentro das tecnologias de rádio e produção sonora e de comunicação. A imersão de setembro de 2015 na Casa de Cultura Tainã em Campinas contou com a destreza técnica e os equipamentos essenciais de parte do corpo técnico do coletivo argentino DTL¹⁷, grupo que trabalha de forma colaborativa para atender necessidades técnicas de comunicadores populares da Argentina, em associação com a RNMA (Red Nacional de Medios Alternativos)¹⁸ e comercial em pequena escala para autossustentação. Como de costume, o corpo técnico é neste caso artigo masculino literalmente e não a costumeira generalização através do uso do masculino na língua portuguesa, os técnicos eram todos homens. E não se havia cogitado a inclusão de mulheres na oficina até uma ligação de organização onde foi especificado que deveriam ir junto ao corpo técnico ao menos duas outras mulheres para fazerem parte da experiência e participarem na parte política da oficina.

¹⁷ <https://dtlcomunicacion.wordpress.com/>

¹⁸ <http://www.rnma.org.ar/>

A oficina aconteceu simultaneamente como linha de montagem dos equipamentos – transmissores e antenas – e formação política em comunicação popular. Foi organizada por um pequeno núcleo de pessoas no Brasil, totalmente autogestionada durante os 5 dias e autofinanciada pelos participantes. A parte política contou com discussões acerca da democratização dos meios de comunicação no Brasil, produção de conteúdo usando software livre, relações com movimentos sociais e populares, entre outros assuntos relacionados a ativismos e uso de tecnologias; e a parte prática, onde foram construídos 20 equipamentos de baixa potência, a FMea é uma dentre estas.



**OFICINA INTEGRAL DE
COMUNICAÇÃO POPULAR E RÁDIO**

Serão cinco dias de atividades de formação técnica e política onde, além de compartilhar experiências e realizar discussões sobre rádio e outros meios de comunicação populares, manifestaremos nosso direito de fazer rádio aprendendo a construir e manusear transmissores de 100w e 10w, tendo sempre em foco a luta contra a criminalização das rádios livres, populares e comunitárias.

Inscrições até
28/08 pelo email
oficinaderadio@riseup.net

3-7 SET 2015
CASA DE CULTURA
TAINÃ
R. INHAMBU, 645
PÇ. DOS TRABALHADORES
VL. PE. MANOEL DA NÓBREGA
CAMPINAS-SP

Figura 10: Cartaz de divulgação das Oficinas na Casa de Cultura Tainã.

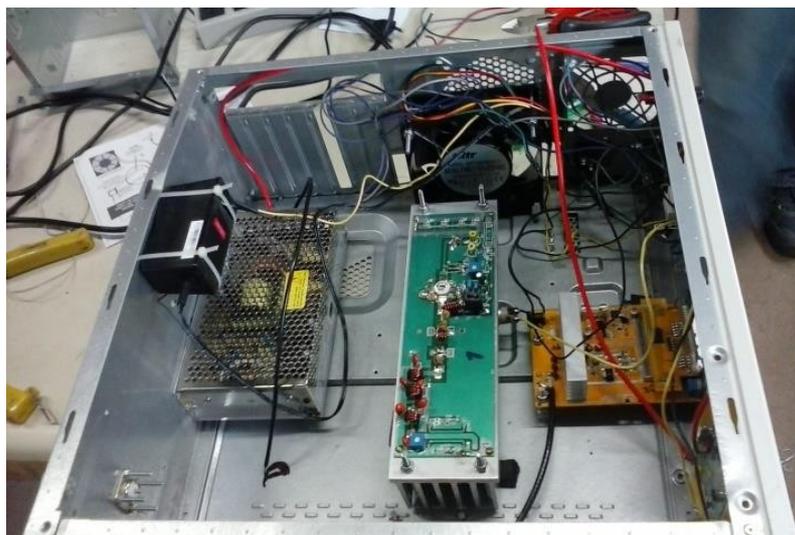


Figura 11: Transmissor de metarreciclagem quase finalizado, setembro 2015.



Figura 12: Antenas dipolo manufaturadas na oficina da casa de cultura Tainã

Após a oficina tivemos algumas experiências de transmissão, a primeira foi no hotel da loucura, localizado no Instituto Nise da Silveira, no bairro do Engenho Novo, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no Ocupa Nise, um evento que acontecia anualmente em forma de imersão na então ala livre/artística do hospital psiquiátrico. Durante um final de semana montamos a rádio e transmitimos entrevistas, música e programas para os clientes do hospital e demais convidados. Recebemos um convite para uma temporada da rádio FMea na então casa nuvem, um espaço no bairro da Glória, onde fizemos algumas transmissões pontuais de programas diversos e trans feministas. Alguns acontecimentos políticos e sociais – envolvendo a discriminação de uma pessoa transsexual – levaram a casa a ser totalmente reconfigurada como Casa Nem, um espaço de moradia para

peças transgênero em situação de vulnerabilidade. A ideia era de que a rádio acontecesse lá, como uma série de projetos que aconteciam na casa, porém devido primeiramente a problemas técnicos e depois ao fato de que uma das responsáveis pelo espaço concorrer a um cargo político, a possibilidade de se fazer uma rádio lá colocava em risco a candidatura e logo esperamos o processo eleitoral para voltarmos às experiências práticas de transmissão e oficinas. A rádio no contexto de pessoas transgênero nos interessa em muitos aspectos, primeiramente por se tratar especificamente de pessoas muito criativas e receptivas, com muita vontade de ocuparem um espaço na mídia e com muito a dizer. Também pelo fato de que a representabilidade de pessoas transgênero na mídia é caricaturada ou pejorativa, ou pior, na forma de estatísticas como vítimas de violência e homicídios brutais por conta de homofobia e transfobia. Neste contexto, um transmissor pode atuar como uma arma de sobrevivência. Mas infelizmente por motivos falta de disponibilidade e o frequente risco que a casa sofre de acabar, o projeto da rádio na Casa Nem não conseguiu prosperar.

Pode parecer exagerado comparar um transmissor a uma arma, porém nos muitos processos judiciais imputados a rádios livres e comunitárias, os equipamentos são colocados como instrumentos utilizados na prática de crime e apreendidos, usados como provas e destruídos, vistos como armas de crimes. Logo, tentamos ressignificá-los e colocá-los também como armas de sobrevivência, que podem ter um papel revelante primeiramente no empoderamento pessoal e na construção de novas resistências conjuntas e também a partir da maior aceitação social pela presença não estereotipada das pessoas trans e *queers* na mídia.

Ainda que o alcance seja restrito pela baixa potência, a ideia é que a transmissão seja replicada na internet, e, dentre os benefícios das práticas de rádio livre, estão também as mudanças individuais a que as pessoas que produzem conteúdo se deparam ao terem um instrumento de amplificar suas vozes e se verem enquanto comunicadores e sujeitos políticos que constroem sua linguagem e discurso.

2.2 Rádio Concha

No começo de setembro de 2016 estive pela primeira vez num megaevento feminista internacional. Obtive uma bolsa de ingresso e estadia da AWID – colocada em seu site como uma organização internacional, feminista, comprometida com a igualdade de gênero, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos das mulheres – com a missão de ajudar a monitorar a transmissão de áudio ao vivo das plenárias (feitas pelo corpo técnico do AWID e não por empresa terceirizada) e fazer parte do Espaço de Trocas Internet Feminista. Fui como colaborado da organização Palavra Radio¹⁹, um projeto de mulheres comunicadoras no México que fomenta a participação e apropriação técnica de mulheres nos meios de comunicação popular. Contribuímos no espaço de trocas (chamado carinhosamente de *hub* feminista) com a Rádio Concha e com uma sessão de *sexting* (mensagens de celular tipo SMS com conteúdo sensual) utilizando uma rede interna e autônoma de celular que foi montada no espaço. Como o processo foi todo muito intenso penso ser interessante fazer aqui um passo a passo do que aconteceu.

Na terça-feira dia 6 de setembro, viajei direto para Bahia. Cheguei ao centro do Salvador depois de meia-noite e na quarta-feira de manhã corri para a ladeira da Preguiça pegar um equipamento de transmissão experimental de rádio que estava emprestado para um coletivo de comunicação popular de lá. De um lado, acontecia o tradicional desfile militar do 7 de setembro, e, do outro, o resistente grito dos excluídos amplificado por manifestantes que gritavam “Fora Temer”. E, eu, entre esses dois polos, me sentindo mais anacrônica do que nunca em busca de um ônibus que me levasse até o aeroporto para pegar o transporte oferecido pelo evento que me levaria ao resort Costa do Sauípe, onde aconteceu o AWID 2016.

Foi uma experiência muito intensa: conhecer tantas pessoas quanto projetos incríveis foi muito motivador e, ao mesmo tempo, estafante. Penso que o tempo dos feminismos, da sororidade e da construção coletiva é um tempo distinto do que se vive em grandes eventos como o AWID. Mas, ao mesmo tempo, entendo e valorizo o papel e a importância de espaços como este para se conhecer e expandir redes e potencialidades feministas, assim como pensar estratégias conjuntas e se sentir fortalecida e motivada a seguir adiante.

¹⁹ Mais informações em: <https://palabraradio.org/>. Acessado em janeiro de 2017.

Concebemos o espaço da Rádio Concha coletivamente e desde o princípio - passando pelo processo da criação da identidade gráfica e pensando a programação para o AWID - a concha já ressoava em meus ouvidos como muitas possibilidades, o que tentamos demonstrar em um cartaz (imagem abaixo). Durante o evento, mesmo com muitas dificuldades estruturais – pois num primeiro momento não tínhamos nem energia elétrica em algumas das tomadas, muito menos internet -- minha impressão é que, de alguma forma, houve uma forte presença da rádio no espaço do *hub* de internet feminista. E desde então planos para seguir com o projeto seguem ecoando e tomando forma.



Figura 13: Logo da Rádio Concha. Arte própria.



Figura 14: Cartaz de divulgação da Rádio Concha, AWID 2016.

Sempre temos muitas expectativas, ainda mais numa primeira intervenção como essa num fórum internacional. E é difícil que elas sejam todas realizadas. Mas acho que fomos exitosas, explorando algumas possibilidades (e indicando a extrema necessidade!) de ampliar os usos sociais dessa tecnologia, compartilhando o espectro eletromagnético sob uma perspectiva feminista. A experiência também foi divertida e sexy, especialmente quando no caso da experiência de sexting com a rede GSM (ver abaixo). É bom dizer que a concorrência por audiência era grande, pois a todo momento estavam acontecendo atividades muito interessantes e trocas envolvendo mulheres e tecnologia, inclusive projetos brasileiros como o Manda Safe Nudes da CodingRights²⁰, as oficinas de segurança digital para feministas da Tactical Tech²¹, editoras da Wikipedia promovendo

²⁰ <https://www.codingrights.org/>

²¹ <https://tacticaltech.org/>

editatonas afim de ampliar os verbetes de mulheres nesta rede, o projeto kefir.red²² que desenha ecossistemas digitais, as mulheres da APC comemorando 10 anos do projeto Take Back the Tech²³ lançando o projeto Princípios de uma Internet Feminista²⁴ (entre tantas muitas outras).

Relembrando que o espectro eletromagnético é uma propriedade do ar, através do qual são propagadas as ondas eletromagnéticas (que incluem tanto as cores, as micro-ondas, como as de rádio, TV e telefonia celular, e inclusive as radiações gama). Como é muito sabido, no Brasil (e em parte da América Latina), infelizmente o uso deste meio para telecomunicações é restrito a poucas famílias/empresas. Mas advogamos que esta é uma luta feminista também, pois o acesso as comunicações como um direito humano é um direito que afeta direta e indiretamente as mulheres e a representatividade das mulheres e das questões feministas nos meios de comunicação tradicionais ainda é muito pequena. Desta maneira, queremos ampliar o espectro do espectro eletromagnético a partir das perspectivas dos múltiplos feminismos. No Fórum AWID, por exemplo, fizemos experimentos de rádio e de rede de celular autônomas, usando o espectro como um bem comum a serviço da comunidade feminista.

A rede de telefonia autônoma é um projeto da organização Rhizomatica²⁵, situada em Oaxaca, no México e foi responsável pela conquista da primeira concessão de faixas do espectro eletromagnético para telefonia de uso social e indígena no país. No Fórum AWID, criamos experimentalmente uma rede de telefonia celular interna no *hub* de internet feminista, e a utilizamos para uma sessão de *sexting* (troca de mensagens de conteúdo sexy) na qual cada pessoa cadastrava seu telefone na nova rede e trocava mensagens com quem estivesse no alcance da mesma. As mensagens trocadas foram projetadas na parede, afim de que todas as pessoas tanto se divertissem, quanto atentassem para a vigilância implementada das empresas que provém serviços de telefonia, que têm acesso a todo o conteúdo que passa por suas infraestruturas (por isso a necessidade de uso de criptografia para conseguir segurança da informação). No caso da nossa rede, a identificação da pessoa era somente por um novo número adquirido no cadastro da rede interna (que sugeríamos que fosse colado nas costas de cada usuária afim de que qualquer pessoa pudesse ver o número de forma mais discreta, sem que a

²² <https://kefir.red/>

²³ <https://www.takebackthetech.net/>

²⁴ <http://feministinternet.net/>

²⁵ <https://rhizomatica.org/>

outra pessoa visse), gerando uma brincadeira interessante de buscas pelos números e pelas pessoas por trás das mensagens. Concluindo minhas impressões sobre o evento: fiquei muito feliz e motivada ao saber que existem tantas ciberfeministas - altamente capacitadas em tecnologia – que estão pensando novos caminhos feministas para a Internet e novas formas de se utilizar as tecnologias para diminuir desigualdades de gênero e muitas outras. Essa experiência foi importante para desmentir a popular crença de que mulheres e tecnologia não se dão bem e desta forma foi muito motivante para seguir com o ativismo tecnofeminista.

2.3 Relato Oficina de Rádio Feminista para mulheres indígenas

Minha aproximação com a ONG Thydewá se deu através de um e-mail recebido numa das listas que participo sobre rádio livre, na forma de uma chamada para radialistas feministas para participarem de uma formação técnica para mulheres indígenas. Interessei-me muito e retomei Wacjman (2006) e Haraway (1995) que diz que se formos pensar o início das tecnologias, entendendo modos de vida e práticas habilidosas como tecnologias, logo nos deparamos com as mulheres indígenas como as primeiras tecnólogas. Com isso em mente me senti muito feliz quando fui selecionada para participar das oficinas com as mulheres indígenas.

A ONG Thydewá fica no município de Ilhéus, no bairro de Olivença, a 30 minutos do centro da cidade. São muitas as etnias indígenas que fazem parte da rede da ONG na região: Pataxós, Pataxós Hãhãhãe, Tupinambas, Pankarurus, Karapotó, Kariri-Xocó e Xokó, as aldeias estão localizadas na Bahia, Recife, Sergipe e Alagoas. O projeto Rádio Cunhã nasceu de oficinas realizadas previamente na região, através da rede Pelas Mulheres Indígenas, com o intuito de somar forças pelo fim da violência contra as mulheres indígenas. Passei 14 dias na ONG sendo facilitadora de oficinas de edição de áudio usando software livre para mulheres indígenas de diferentes etnias e vindas para o encontro de mulheres contra a violência contra as mulheres e a fim de utilizar a rádio web Rádio Cunhã como uma ferramenta neste processo.

O dia da chegada foi de ambientação, já no segundo dia – domingo, um dia antes do início das atividades – presencio uma conversa sobre retomadas de terras indígenas com algumas indígenas que já estavam na cidade. Pela tarde Marlene (mulher mais velha e experiente, com um conhecimento oral e da terra exímios) conta histórias de retomada das terras para jovens indígenas que contavam de seus processos de retomada em suas aldeias. Durante sua fala a indígena narra uma história onde ela enfrentou jagunços de fazendeiros com seus 14 filhos ainda pequenos para a linha de frente (a mais velha tinha 15 anos) dizendo aos capangas que só sairiam da terra mortos, que teriam que matar ela e os filhos se quisessem ficar com as terras. Ela disse enfática lembrando: “Minha família inteira morre, mas a gente não foge!”.

No primeiro dia de oficinas (segunda-feira, 06 de março de 2017), o dia começa com o Toré, uma roda de cantos indígenas com letras relacionadas à proteção da natureza e à força e trabalho indígenas, se dança em círculo, marcando o tempo com um pé e usando chocalhos para encorpar o coro.

Assistimos dois vídeos: um sobre a concentração midiática no Brasil (Levante su Voz, do coletivo Intervozes) e outro sobre a sub-representação e objetificação das mulheres pela mídia (Mulheres Brasileiras: do ícone midiático à realidade, da Agência Patrícia Galvão) após a atividade as mulheres discutiram sobre os vídeos tratando dos estereótipos construídos pela mídia sobre as mulheres indígenas. Maiá, senhora indígena de 67 anos contou como teve que enfrentar professores acerca do discurso da colonização de descobrimento do Brasil. Ela narrou a história de uma rádio comunitária ou livre da aldeia dela que foi fechada. E falou de como uma novela da rede Globo estereotipou e romantizou indígenas, invisibilizando a etnia e origem dos indígenas apresentados. Maiá é uma senhora de muita força e luta e me contava o quanto é preciso incentivar a coragem nas meninas mais novas, ela se indigna ao contar que pessoas brancas tentam diminuir a cultura indígena questionando que indígenas já andam vestidos e usando ferramentas de brancos, a esta questão ela responde indagando: vocês nos vestiram, fizeram leis que fazem com que andar nu seja crime e nos cobram que andemos nus? Após a discussão, elas se dividiram em grupos e idealizaram um programa de rádio, os temas foram: beleza e saúde indígena, as faces da mulher indígena e empoderamento das mulheres.

No dia seguinte, o segundo dia da oficina, as mulheres novamente pensaram em seus programas e usaram gravadores Sony para gravar as entrevistas e os programas de cada grupo, houve uma capacitação para o uso dos gravadores, que são relativamente simples e elas souberam usar sem problemas. As gravações correram bem e a qualidade do áudio foi satisfatória. Discutimos sobre as diferenças de formatos de rádio: rádio web, rádio AM/FM/OC e falamos sobre possibilidades de uso otimizado e comunitário do espectro eletromagnético por parte de indígenas.

No terceiro dia de oficina, as mulheres editaram o material gravado no dia anterior. Primeiramente elas aprenderam a importar os áudios gravados, usando computadores com a distribuição de software livre Ubuntu instalada. Foi feita uma conversa sobre o que é software livre e os benefícios de se utilizar programas e distribuições FOSS (*free and open source software*). Primeiramente usando um projetor de vídeo, elas visualizaram como fazer a importação e o básico de edição de áudio como corte e sobreposição, além de como tratar os áudios normalizar e equalizar, e depois cada grupo foi acompanhado em dúvidas e questões do uso do software Audacity e da importação dos áudios. As mulheres se mostraram interessadas e dispostas a fazerem as edições. Havia níveis de aprendizagem digitais muito distintos, com mulheres que já tinham contato com computadores e outras que era notável que quase nunca haviam mexido em equipamentos digitais, mas todas tiveram interesse e realizaram a tarefa de edição, algumas precisaram de mais auxílio que outras.

No quarto dia de oficina, as mulheres aprenderam a exportar os áudios e conversamos sobre os diferentes formatos de áudio: MP3, OGG, formatos compactados e não compactados e com e sem perda. Elas realizaram um programa coletivo com a temática da violência contra a mulher, novamente se dividiram em grupos e cada grupo fez uma parte: comentários, entrevista e radionovela. No mesmo dia elas editaram o material e finalizaram cada uma parte do programa, que depois foi editada e juntado para fazer um só programa sobre violência contra a mulher e as especificidades da violência contra a mulher indígena.

No último dia elas ouviram os programas coletivamente e celebraram a realização com um Toré. Elas se interessaram em ouvir os programas das colegas e se divertiram escutando, após ouvirmos os programas foram feitas críticas e sugestões aos mesmos para aprimorar o processo futuramente. Juntamente às oficinas de rádio, ocorreram oficinas de ecologia social sobre violência contra a mulher, de forma que os conteúdos

trabalhados pela manhã sobre empoderamento e violência apareciam em forma de reflexões nos programas pela tarde.

O que pude perceber foi uma vontade muito grande por parte das mulheres em ampliar seus conhecimentos digitais e se apropriarem das ferramentas digitais para fortalecerem suas redes de mulheres e a utilizarem como uma ferramenta no combate à violência contra a mulher. Também percebi uma leveza e divertimento ao realizarem os programas, que aconteceram de forma muito orgânica. As mulheres tiveram relativa facilidade ao se integrarem com as ferramentas apresentadas e a divisão em pequenos grupos foi fundamental para a aprendizagem. A apropriação de ferramentas digitais, na minha visão, é fundamental por parte das mulheres indígenas, que sofrem de opressões por serem indígenas e ainda mais por serem mulheres. Desta maneira, o foco em capacitação digital para mulheres indígenas é muito essencial, para que estas sejam as próprias responsáveis por suas emancipações pessoais e coletivas e possam se fortalecer enquanto uma rede, além do fato de aumentar muito a autoestima e a realização pessoal por se aproximarem de ferramentas digitais e se conectarem mais ao mundo digital. Além disso, a partir de uma maior intimidade com as ferramentas digitais e a internet, as mulheres podem ter contato com lutas sociais e anti-machistas indígenas e não indígenas de todo o Brasil e do mundo.

Após o intensivo com as mulheres indígenas neste encontro de mulheres aconteceu uma oficina de rádio e edição de áudio com software livre para indígenas da aldeia Itapoã, de Tupinambás de Olivença. Eles já tinham tido contato prévio com rádio e a oficina lá foi de 3 dias, de terça a quinta-feira e foram priorizados jovens que eram bolsistas do Ponto de Cultura Indígena. Chegando na aldeia, uma vila de casas de taipa e sem pavimentação, havia muitas crianças brincando nas ruas e elas estiveram presentes durante as oficinas se aproximando e se retirando o tempo todo. Segui o mesmo modelo de oficina, de primeiro gravar áudios e conceber um programa e posteriormente editá-lo, no começo das atividades haviam 5 jovens interessados, no último dia restou somente Inara, uma garota de 13 anos, para fazer a edição final, fiquei muito contente com o entusiasmo dela em terminar seu programa de rádio, que era sobre ser indígena e jovem, e contava com entrevistas, sons da natureza, cantos infantis e palavras dos anciões.

Foi muito interessante essa aproximação de mulheres indígenas e tecnologias e pude perceber o quanto as ferramentas digitais são instrumentos poderosos nestes contextos de uma população que sofre tanto com a sistemática perda de terras e de direitos e além disso, as mulheres indígenas sofrem com a violência doméstica e

encontraram na rádio um instrumento de potencializar a educação contra a violência de gênero. Aprendi muito com elas sobre a cultura e a cosmovisão indígenas, que me agregaram um crescimento pessoal e admiração pela cultura ancestral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O mundo nem fala por si mesmo, nem desaparece em favor de senhor decodificador.”
(Haraway, 1995)

No início, esta pesquisa contava muito com uma percepção individual de que disparidades de gênero eram muito presentes na Ciência e Tecnologia e conforme fomos nos imergindo na bibliografia, as impressões se confirmaram. Felizmente, junto a constatação acadêmica das desigualdades, vimos um grande potencial de criação e de resistência a esta realidade. A bibliografia, ao mesmo tempo que apresenta o problema da desigualdade de gênero na Ciência e Tecnologia, apresenta as possibilidades de Epistemologias Feministas e Saberes Situados, construções feministas de realidades e futuros possíveis.

No percurso desta pesquisa iniciamos trazendo conceitos que questionam o mito da neutralidade na Ciência e Tecnologia e nos ajudam a entender e nomear melhor as práticas apresentadas e as proposições feitas para que possamos ter uma gestão do espectro radiofônico de forma mais autônoma e feminista, de forma a diminuir as desigualdades de gênero na produção, transmissão e corpo técnico da radiodifusão. Nos servimos da voz quebrada de hooks, para encontrarmos o tom desta fala e buscamos, junto a Federici, os nossos *commons* feminista.

Sintonizamos experiências feministas de rádios livres, símbolos de resistência à mídia corporativa; ciberfeminismos; linha de produção de equipamentos de rádio de baixa potência; e a aproximação de mulheres indígenas às tecnologias radiofônicas, atentando ao poder que contra-discursos tem em construir novas possibilidades de futuro para a vida num contexto tecnológico. Acreditamos que a trajetória apresentada faz parte de um caminho infundável, que seguirá sendo percorrido... Não temos a esperança que uma mudança estrutural vá se dar de maneira rápida e por isso entendemos a necessidade de seguir fortalecendo experiências relacionadas à mulheres e tecnologias, entretanto acreditamos que os exemplos aqui demonstramos, somados a tantos outros, são parte desta mudança que almejamos, onde as mulheres e outros alternos no meio tecnológico sejam livres e motivadas para ocuparem quaisquer cargos e possam usufruir de maior incidência decisória nos campos da Ciência e da Tecnologia, tão importantes para a construção da sociedade na qual vivemos.

Seguimos buscando um ponto de intersecção que fuja da dualidade deusa e ciborgue, porém acreditando que inevitavelmente vivemos num tempo de ciborgues e que se trata de compreendê-los para que possamos recriá-los dentro de termos mais justos e igualitários. Se trata de utilizarmos e criarmos dispositivos e técnicas de visualização que atendam as nossas necessidades e ânsias por um mundo menos marcado por eixos de dominação.

Cabe ressaltar que por trás desta armadura que precisamos vestir existe muito espaço para diversão e doçura e que acreditamos que a grande motivação por trás destas lutas por espaços – dentro das lógicas que governam o mundo, dentro dos feminismos, dentro das tecnologias, dentro do espectro eletromagnético... - é a crença de que mundos onde o amor e a criação são libertadores e potências de ação. Tanto o são que esta pesquisa aconteceu de forma inevitável, a partir do momento em que li o texto dos Saberes Localizados de Donna Haraway (1995), os textos foram se chamando entre si e as reflexões foram tomando corpo. A reflexão do cuidado acadêmico, trazida por Bellacasa (2012), fez com que as mediações fossem feitas de forma mais afetiva e menos antagonista, de forma a potencializar as escritas e não perdê-las em contradições que se findam em si mesmas. Desta forma, a bibliografia apresentada nos serviu e seguirá sendo terreno fértil para a nutrição de experiências práticas.

Como esta pesquisa não buscou uma nomeação e visão científica pautada na noção de neutralidade e objetividade tradicionais, não existe uma conclusão a ser apresentada de forma a resumir e fazer um fechamento lógico. Ao invés disso, buscamos a expansão dos conceitos apresentadas para práticas futuras e para seguirem embasando produções acadêmicas e práticas, fugindo da lógica da visão onipresente e onipotente do senhor decodificador e buscando visões múltiplas que ecoem nossas buscas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEU, Sérgio S. **'O Conceito de Commons na Cibercultura'**. Artigo apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1202-1.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BELLACASA, María P. **'Nothing comes without its world': thinking with care** in *The Sociological Review*, 60:2, pp.197-216. Blackwell Publishing Inc. EUA. 2012. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1111/j.1467-954X.2012.02070.x>. Acessado em agosto de 2016.

DUNBAR-HESTER, Cristina. **Low Power to the People: Pirates, Protest, and Politics in FM Radio Activism**. The MIT Press. 2014.

ENZENSBERGUER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Editora Conrad. 2003. Disponível em: http://minhateca.com.br/janaoliv/Documentos/Livros/Enzensberger*2c+Hans+Magnus+-+Elementos+para+uma+teoria+dos+meios+de+comunicacao,279735215.pdf. Acessado em junho de 2016.

FEDERICI, Silvia. **'El feminismo y las políticas de lo común en una era de acumulación primitiva'** in *Revolución en Punto Cero: Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*, pp. 243-259. Traficante de sueños. Espanha. 2010.

GROSSMAN, Rachel. **'Woman's place in the integrated circuit'** in *Radical America..* v. 14, n.1, pp. 29-50. 1980.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial** in cadernos pagu (5) 1995: pp. 07-41. 1995. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em agosto de 2015.

_____. **Manifesto Ciborgue – Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX** in *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano* (org.) Tomaz Tadeu. Autêntica. Belo Horizonte. 2000.

_____. **"Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra** in *Cadernos Pagu* (22): pp. 201-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>. Acesso em março de 2014. 2004.

HARDING, Sandra. **Standpoint Theory as a Site of Political, Philosophic, and Scientific Debate** in *The Feminist Standpoint Theory Reader, Intellectual and Political Controversies*, pp. 1-15. Routledge. 2004.

HARTSOCK, N. **'The feminist standpoint: Toward a specifically feminist historical materialism'** in *Money, Sex and Power*. Longman. Nova York. 1983.

Keywords: gender, technology, free spectrum, situated knowledge, common goodHOOKS, bell. **'Choosing the Margin as a Space of Radical Openness'** in *Yearnings: Race, Gender and Cultural Politics*. South End Press. 1989. Disponível em: <https://sachafrey.files.wordpress.com/2009/11/choosing-the-margin-as-a-space-of-radical-openness-ss-3301.pdf>. Acessado em junho de 2016.

LEITE, Márcia de Paula e GUIMARÃES, Pilar Carvalho. **'Tudo muda, nada muda: as implicações do uso das tecnologias de informação sobre o trabalho das mulheres no setor eletrônico'** in *Cadernos Pagu* (44). 2014.

LONGUINO, Helen E. e LENNON, Kathleen. **'Feminist Epistemology as a Local Epistemology'** in *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes* Vol. 71 (1997), pp. 19-35+37-54. Wiley. EUA. 1997. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/4106954>. Acessado em abril de 2016.

LYKKE, Nina. **'To be a Cyborg or a Goddess?'** in *Gender, Technology and Development* 1 (1). Sage publications. Londres. 1997.

MALERBA, J. P. C.. **Rádios comunitárias no limite: crise na política e disputa pelo comum na era da convergência**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, UFRJ. 2016.

MUMFORD, Lewis. **'La Megamáquina'** in "The Mith of the Machine". Publicado entre Ateneo libertario AL Margen, Likiano ElkartEA, Pepitas de Calabaza, Ateneu Libertari Poble Sec, Fundaci[on]o Estudis Libertaris Anarcosindicales Barcelona, 2002. Disponível em: <http://www.forocomunista.com/t25293-la-megamaquina-texto-de-lewis-mumford-extraido-del-libro-the-mith-of-the-machine-ano-1967>. Acesso em março de 2016.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história** in MASCULINO, FEMININO, PLURAL (orgs.) Pedro, Joana; Grossi, Miriam. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Acesso em dezembro de 2016.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução do original em inglês: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Ed UFMG, Belo Horizonte. 2010.

WAJCMAN, Judy. **'Reflections on Gender and Technologies Studies: In What State is the Art?'** in *Social Studies of Science*, vol.30, nº 3 pp.447-464. Sage Publications. 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/285810>. Acessado em março de 2016.

_____. **El Tecnofeminismo**. Ediciones Cátedra. Madrid, Espanha. 2006.

SANDOVAL, Chela. **Yours in struggle: woman responding to racism, a report on the National Women's Studies Association**. Center for Thrid World Organizing. Oakland, CA, EUA. 1984.

WINNER, Langdon. '**Do artifacts have politics?**' in Daedalus, vol 109, N° 1, *Modern Technology: Problem or Opportunity?* pp.121-136, 1980. MIT Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20024652>. Acessado em julho de 2016.

WORMBS, Nina. '**Technology-dependent commons: the example of frequency spectrum for broadcasting in Europe in the 1920s**'. *International Journal do the Commons*, Vol. 5, no1, pp 92-109. Igitur Publishing. 2011. Disponível em: <https://www.thecommonsjournal.org/articles/10.18352/ijc.237/>. Acessado em abril de 2017.